

ADALBERTO CARDOSO

Classes médias e política no Brasil: O “longo ciclo de Vargas”.

Rio de Janeiro, junho de 2018

Advertência

Este estudo é versão preliminar do segundo capítulo do meu livro “Classes médias e política no Brasil. Um ensaio de interpretação”, a sair em 2019. Peço a gentileza de não citar.

Introdução

O historiador Helio Silva define as primeiras revoltas tenentistas de 1922 como o início do “ciclo de Vargas”. Ele tem razão, pois os tenentes que se bateram contra a ordem oligárquica da Primeira República no Forte de Copacabana vocalizaram interesses e disposições que, num crescendo, desembocariam na Revolução de 1930, que traduziu em políticas públicas muitos dos anseios tenentistas quanto à industrialização e à autonomia do país. Os “tenentes” foram artífices incontestes do primeiro governo Vargas, que mudaria por completo a face da nação ao iniciar a construção de um projeto que, depois, ficou conhecido como *nacional-desenvolvimentismo*.

A Revolução de 1930 não foi, obviamente, uma revolução burguesa em sentido estrito. Os chefes revolucionários, incluindo Getúlio Vargas, eram oriundos de oligarquias agrárias respaldadas pela classe média militar e segmentos das classes médias urbanas, e tinham contra si as oligarquias agrárias tradicionais e parte das classes industriais para quem as políticas de valorização do café, principalmente a política cambial, favoreciam os produtores internos de mercadorias, ao tornar dispendiosas as importações; e também as classes médias tradicionais, cujas posições dependiam de suas estreitas relações com as oligarquias agrárias que haviam dominado o poder central e as províncias durante a Primeira República. Essas classes médias ocupavam posições de comando no aparelho de Estado nos três níveis de governo, e gozavam de privilégios que lograram proteger por meio de legislação e relações de patronagem, e se opuseram vivamente ao lentíssimo, mas persistente processo de modernização da administração pública iniciada por Vargas. A Revolução, pois, sofreu oposição de industriais e das classes médias superiores, mas os projetos dos tenentes, por exemplo expressos em documentos do Clube 3 de Outubro, analisados mais adiante, eram claramente industrializantes e desenvolvimentistas, atribuindo ao Estado a tarefa de guiar o desenvolvimento por meio do financiamento de indústrias de base, de bens de capital, transportes e produção de energia, que teriam como consequência a ampliação das bases de reprodução de novas classes médias urbanas, além, é claro, de um novo e crescente

operariado. O golpe oligárquico de 1930 deve ser lido como Revolução porque, com ele, o Brasil de fato mudou o rumo de seu desenvolvimento econômico, tornando-se, a passo mas irrecorrivelmente, menos dependente dos capitais agrários e comerciais para o financiamento do próprio Estado e da acumulação capitalista. A industrialização se completaria fora do “ciclo de Vargas”, ou se quisermos, sob o “longo ciclo de Vargas”, ou simplesmente Era Vargas, que, na análise aqui proposta, se estendeu até 1964. Mas as sementes foram plantadas em 1930.

As classes médias, em seus distintos e heterogêneos segmentos, foram decisivas nos momentos cruciais do período, como mostrou, pioneiramente, Décio Saes (1984). O que elas pensaram e o modo como agiram (ou deixaram de agir) foram aspectos inarredáveis das dinâmicas políticas e seus desdobramentos, tendo em vista as restrições à participação política das classes subalternas (como a proibição do voto dos analfabetos e a repressão à organização operária autônoma) e a proximidade dos segmentos superiores das classes médias dos círculos de poder. A lenta mas persistente abertura dos canais de participação política, sobretudo depois de 1945, configura-se, aqui, na principal chave de interpretação das metamorfoses da ação política das classes médias na Era Vargas.

Não é meu objetivo propor análise exaustiva das sucessivas conjunturas. Este não é um trabalho de historiografia. O que apresento em seguida é uma contribuição à literatura existente sobre o período, tomando o ponto de vista das classes médias, tendo como âncora os dados empíricos mencionados na introdução a este livro, dados que só muito recentemente têm encontrado guarida nas interpretações sociológicas e reconstruções históricas sobre o período¹. Contudo, pretendo oferecer interpretações e evidências empíricas originais sobre momentos decisivos das dinâmicas sob escrutínio.

Os “tenentes” em marcha

As classes médias estiveram em tensa relação com a democracia no Brasil. Lemos em Santa Rosa (1963[1933]), Carone (1972), Forjaz (1977) e Saes (1984)², que o tenentismo, para eles expressão do descontentamento das classes médias urbanas, foi decisivo na dinâmica política da Primeira República, tendo contribuído mais do que qualquer outra camada social

¹ As pesquisas do IBOPE utilizadas aqui foram objeto de escrutínio sistemático, até onde tenho conhecimento, apenas por Lavareda (1991), na ciência política, e por Owensby (1999) e Ferreira e Gomes (2014), na historiografia.

² O livro de Décio Saes é normalmente citado como tendo sido publicado em 1985. Essa é a data que está no pé da página de créditos da edição. Contudo, a ficha catalográfica traz a data de 1984, por isso a adoto nesta publicação.

para trazer abaixo a ordem oligárquica. Mas Weffort (1980) é bem menos assertivo. Para ele os movimentos das classes médias foram “pouco audazes”, embora tenham representado “a primeira fissura importante no equilíbrio liberal-oligárquico e o começo de sua decadência como ordem política” (p. 117). Indo além, Fausto (1986[1970]) constrói longo argumento historiográfico e teórico para negar a associação direta entre o tenentismo, principal fração média a lutar contra as oligarquias tradicionais, e os interesses e a ideologia das classes médias urbanas.

O escrutínio da alentada literatura sobre o tenentismo (incluindo a importante objeção de Boris Fausto) dá razão aos quatro primeiros autores, e levará necessariamente à conclusão de que o movimento, expressão saliente de insatisfação ao mesmo tempo estritamente militar mas também *de* classe média, embora não necessariamente representativa *das* classes médias em geral, de fato desempenhou papel desestabilizador daquela ordem, tanto como corrente de opinião anti-oligárquica e anticorrupção num emergente mundo urbano marcado por agudas clivagens e opressão de classe, quanto como movimento armado propriamente dito que, num crescendo, engrossou a corrente de lava que desaguou na Revolução de 1930. Os tenentes queriam “republicanizar a república” (Owensby, 1999, p. 152), afastar do poder as oligarquias corruptas, sanear a competição política das fraudes eleitorais, ampliar e moralizar o sistema eleitoral, construir o Brasil para os brasileiros (Silva, 2004 e 2005). Essas, pelo menos, eram as demandas dos revoltosos de 1922 no Rio de Janeiro e 1924 em São Paulo, e também da Coluna Prestes³, embora o tenentismo que chegou ao poder com Vargas tivesse nítido pendor autoritário (Fausto, 1986[1970]).

Não é ociosa a discussão sobre ser o tenentismo um movimento das classes médias ou não. A relação entre as classes sociais e os indivíduos ou grupos que dizem representar seus interesses na esfera pública e na arena política está no cerne das teorias da representação, e tratar do tema específico do tenentismo ajudará a elucidar aspectos do modo de inserção das classes médias na dinâmica política do país. Para dizer desde logo, as classes médias não eram “um saco de batatas”, e sua identidade não era dada apenas pelos que diziam representá-las, embora isso fosse sem dúvida importante⁴. Elas estavam na retaguarda dos movimentos da

³ Entre os muitos desdobramentos da mobilização tenentista encontra-se a Coluna Prestes, que correu o vasto território nacional durante dois anos. Importante testemunha ocular e analista dos fatos afirmou, talvez com certo exagero, que sem ela “o Brasil ainda seria uma colcha de retalhos, dividido em domínios das oligarquias, submerso em uma servidão humana que não tinha sido possível sacudir em nenhuma das revoltas periodicamente dominadas” (Silva, 2005, p. 26-27).

⁴ A referência aqui, obviamente, é o Marx do *18 Brumário* e sua análise dos camponeses como uma classe incapaz de consciência de classe, portanto incapaz de construir projeto político próprio, com o que eles precisavam ser representados por outros, no caso, Napoleão III.

vanguarda militar que trouxeram ao chão a parcela dominante das elites oligárquicas, e que colocaram no poder estratos das parcelas oligárquicas dissidentes, por elas apoiadas com fervor. No retrovisor da ação das classes médias e seus representantes, estava o temor do levante popular⁵, e em seu horizonte, um projeto autoritário de construção da nação que, se estava ciente do que se deveria destruir, não sabia muito bem o que pôr no lugar. Mas ter claro o que não se queria era em si um projeto político importante, num ambiente no qual o poder dos oligarcas agrários parecia inexpugnável.

O radicalismo dos tenentes tinha como pano de fundo as muitas tensões decorrentes do início da desestruturação de uma ordem social cindida, historicamente, entre massas rurais miseráveis e oligarquias agrárias muito poderosas e encasteladas no poder estatal, cujas posições estavam vedadas às outras classes. Ainda que o país se urbanizasse muito lentamente, na alvorada da terceira década do século XX as cidades já abrigavam massas expressivas dos nacionais. Em 1920, segundo dados do Censo Demográfico, viviam nas capitais dos estados federados nada menos do que 3,5 milhões de pessoas, ou mais de 11% de uma população total de 30,6 milhões. Daquelas, 1,16 milhão viviam no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), e 580 mil na cidade de São Paulo. Números portentosos para uma ordem social dominada com mão de ferro por oligarquias agrárias.

Em algumas capitais, parte expressiva dos habitantes era composta de operários fabris. Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro a proporção de operários entre os ocupados estava próxima dos 24% em 1920⁶. As duas cidades viram a agitação operária escalar na década de 1910 até explodir numa onda de greves que estremeceu as classes médias e dominantes entre 1917 e 1919, o rastilho da revolta se espalhando por outras cidades do interior desses estados e também a Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul (Fausto, 1977; Pinheiro, 1991). A partir de então o temor da “agitação bolchevique” assombraria as elites dirigentes e fustigaria os brios e os temores das classes médias urbanas, presentes também em grande número.

Com efeito, as administrações pública e privada (ocupações de escritório) e as profissões liberais, ou seja, os *loci* que acolhiam o grosso das novas classes médias urbanas, respondiam por perto de 400 mil postos de trabalho no Brasil em 1920, sendo 87 mil no Rio de Janeiro, 74 mil em São Paulo, 39 mil em Porto Alegre e outro tanto em Belo Horizonte. Se

⁵ “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, teria dito o presidente de Minas Gerais Antônio Carlos de Andrada, um dos líderes da Aliança Liberal que levou Vargas ao poder.

⁶ Os homens eram a imensa maioria entre os/as operários/as, com exceção das indústrias têxtil e do vestuário, nas quais as mulheres compunham cerca de 60% dos/as ocupados/as. Para o cálculo das proporções de classe, ver nota seguinte.

incluirmos o comércio e o setor financeiro, teremos outros 500 mil postos de classe média (88 mil no Rio e 87,7 mil em São Paulo), já que parte dos comerciários e bancários eram, nos anos 1920, camada indiscutivelmente intermediária, melhor posicionada do que o operariado fabril, a massa urbana desempregada e subempregada e os trabalhadores dos campos. Se, em termos relativos, a participação das camadas médias era pequena (pouco mais de 8% dos ocupados no país, mas ultrapassando os 13% em São Paulo e chegando a 27% no Rio, contra 24% de operários nos dois municípios e 11% no Brasil⁷), seu peso numérico no mundo urbano não era negligenciável.

Ainda assim, Boris Fausto, em seu influente clássico de 1970, não crê que o tenentismo tenha sido um movimento dessas classes médias emergentes. Para ele as revoltas de 1922, 1924 e 1926 tiveram nítido componente militar, não de classe, e a Revolução de 1930 teve viés multiclassista, agregando a oligarquia não ligada ao café e os militares, “com apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares” (Fausto, 1986[1970], p. 103). E embora ele concorde que a origem social da maioria das lideranças tenentistas era nitidamente de classe média, sobretudo média baixa, não encontra correspondência entre a ideologia tenentista, “elitista” e “centralizadora”, e a ideologia das classes médias, defensoras do regionalismo e, em muitos casos, das elites agrárias locais, de quem dependiam para seus

⁷ As proporções foram calculadas com base no Censo Demográfico de 1920, disponível na Biblioteca virtual do IBGE, acessado em setembro de 2017. Trata-se de valores aproximados. O censo distribui a população total por 48 “profissões”, mas numa delas lê-se “Profissão não declarada e sem profissão”. O item compreendia 68% da população recenseada do Brasil, o que permite supor que a maior parte desse contingente era, na verdade, composta de pessoas fora da PEA. Nesse total a publicação distinguiu pessoas de 0 a 14 anos de idade, 15 a 20 e mais de 20 anos. No país como um todo, a grande maioria (60%) estava na primeira faixa etária (em São Paulo atingia 58%, 52% no Rio). Ainda que o trabalho infantil ou adolescente fosse corrente nos anos 1920, ele era mais comum no mundo agrário. O emprego urbano era escasso, e uma das principais ações do movimento operário de então visava limitar ou proibir o trabalho de menores de 14 anos, justamente para reduzir a competição no mercado de trabalho, além de preservar a vida dos próprios filhos (segundo o mesmo Censo, entre os operários jornalistas, apenas 13% eram menores de 14 anos). Ademais, mesmo que jovens de 14 anos trabalhassem, a maioria estava na faixa de 0 a 10 anos de idade. Isso leva à suposição de que a grande maioria dessas pessoas, na verdade, não trabalhava. É bastante plausível sustentar, também, que a maior parte das mulheres de 21 anos ou mais não trabalhasse. Isso porque, na faixa de 0 a 14 anos, a razão entre homens e mulheres listados na categoria “Profissão não declarada e sem profissão” era próxima à razão entre os sexos na população total, ao passo que, na faixa de 21 anos ou mais, as mulheres eram 5,5 milhões, contra apenas 193 mil homens. Ou seja, entre eles é maior a probabilidade de que a profissão não tenha sido declarada, enquanto entre elas é mais provável que a maioria estivesse fora da PEA. Note-se que essa categoria (Profissão não declarada e sem profissão) correspondia a 90% do total da população feminina (77% no Rio). Com isso, as proporções apresentadas no texto são construídas somando-se o total das ocupações típicas de classe média, mais os trabalhadores do comércio e finanças, divididos pelo total da população, da qual se excluiu o grupo de pessoas 0 a 14 anos sem informação e as mulheres maiores de 21 anos dessa categoria. Isso quer dizer que a participação das classes médias no total do emprego pode estar levemente superestimada, mas o erro não deve superar os dois pontos percentuais. O comentário vale para a proporção de operários. Vale notar que nem Boris Fausto (1986[1970]) nem Paulo Sérgio Pinheiro (1978), que também mobilizam a fonte, realizam essa operação, de modo que suas estimativas (acatadas, por exemplo, por Saes, (1984, p. 5, nota 4) subestimam sobremaneira a presença relativa das classes médias no Brasil de então.

empregos e segurança. O radicalismo de algumas posições tenentistas seria francamente avesso ao apreço das camadas médias por soluções “pelo meio”, ou de compromisso.

O argumento de Fausto é ambíguo. Para sustentar a tese de que os tenentes *não representavam* as classes médias, incorre num reducionismo movediço. Para ele os tenentes “eram e não eram” membros das classes médias. Como parte das Forças Armadas “participam de uma categoria específica – parcela do aparelho de estado – que não é diretamente determinada pelo critério de classe”, critério que ele, de resto, não explicita⁸. E prossegue: “Mas a vinculação de classe não é indiferente e introduz uma variável importante na compreensão do comportamento tenentista, ao possibilitar um certo tipo de ação e ideologia cujo exemplo mais claro são as formulações desenvolvimentistas” (Fausto, 1986[1970], p. 81). Ou seja, eles não são classe, e sim um estamento militar. Mas estão vinculados às classes médias por sua origem social, o que explica parte de sua ação e sua ideologia desenvolvimentista. O problema é que, para o Autor, essa ideologia seria, sim, cara à pequena burguesia urbana, juntamente com a demanda por plena realização da democracia formal através do voto secreto (p. 83), aspiração do tenentismo liberal dos levantes de 1922, 1924 e, em menor medida, 1926 (cf. Forjaz, 1977). Logo, não eram apenas “elitismo” e “centralização” que caracterizavam a ideologia tenentista (tal como afirmado nas pp. 63 e ss.).

Por outras palavras, no texto a ideologia dos tenentes expressa a ideologia das classes médias nas páginas 81 e seguintes, ao passo que aquela apresentada nas vinte páginas anteriores é usada para mostrar que as duas camadas estavam apartadas ideologicamente. O argumento é inconsistente. Ademais, se os tenentes estavam vinculados às classes médias por sua origem, então é possível qualificar o movimento como de membros de uma fração dessas classes. Se o exército treinava e reeducava os cadetes, criando interesses e visões de mundo exclusivamente militares, ainda assim os tenentes tinham vida doméstica com padrão de classe média, e viviam as vicissitudes dessas classes quanto à carestia de vida, os problemas de habitação, educação dos filhos etc.. Mais ainda, para Fausto a Revolução de 1930 seria impossível “sem a sua [das classes médias] larga adesão, tendo-se em vista o caráter muito limitado da intervenção do proletariado” (idem, p. 82). O “policlassismo” tinha, portanto, protagonismo das classes médias. Por fim, toda a argumentação não deixa dúvidas de que, se os tenentes não tinham, por óbvio, “delegação” das classes médias para agir (eles não eram

⁸ Sem citar Boris Fausto, Coelho (1976) também argumenta que o tenentismo foi um movimento militar, devendo ser explicado exclusivamente a partir das injunções internas às forças armadas. Nun (1970) é bastante persuasivo ao associar, sem hesitação, a sedição militar na América Latina à insatisfação das classes médias.

um partido político, mas *um movimento*), estas, ou parte expressiva delas, *se sentiram representadas* na ação dos tenentes contra a oligarquia agrária que, além de autoritária⁹, sufocava as outras classes com sua política de controle do câmbio para salvar o café (a “socialização das perdas”, na conhecida interpretação de Celso Furtado) e a si mesma, o que encarecia os bens importados que abasteciam todas as classes, como mostra o mesmo Boris Fausto. O “medo da proletarização” assombrava as classes médias, inclusive o estamento militar, que via seu padrão de vida cair ano a ano corroído pela inflação (Fausto, 1986[1970], p. 94; Saes, 1984, p. 16)¹⁰.

O medo da proletarização como um dos esteios da ação política circunscreve a potência e também os limites dessa ação. Ele sugere que parcelas importantes das classes médias emergentes estavam em posição vulnerável no mundo urbano, e como tal dispostas a apoiar saídas extremas para a crise, até mesmo uma revolução. Mas não uma revolução proletária tal como a ensaiada nas greves de 1917 a 1919, que ameaçasse suas posições, ainda que vulneráveis. O medo da proletarização, na verdade, impedia que as classes médias, em processo de ascensão social ou em luta para manter suas posições, se identificassem com as classes abaixo delas. Seu “representante” eram os tenentes, com seu reformismo elitista, centralizador e moralizante que, em aliança com as oligarquias dissidentes, parecia anteparo sólido contra as pressões do operariado emergente, tendo ao mesmo tempo um projeto de nação com pilares no mundo urbano. Nesse sentido, o tenentismo pareceu expressar os anseios do cidadão médio, mesmo que este visse no movimento apenas uma tábua de salvação para sua vulnerabilidade, não estando disposto, por exemplo, a perfilar-se com os “heróis” nas batalhas que travaram.

⁹ Na república oligárquica a proporção da população apta a votar variou muito pouco em torno de 5%, e o comparecimento às urnas não ultrapassou os 3% ao longo das décadas. Pará, Paraná e Rio Grande do Sul foram os únicos estados em que os aptos a votar superaram os 7% da população em 1910, por exemplo. Os demais ficaram quase sempre abaixo de 4% (dados em IBGE, 1916, p. 228). As classes médias estavam entre os eleitores, mas seu voto não tinha validade, pois as eleições eram invariavelmente fraudadas em favor do candidato ungido pela elite dominante. A frustração eleitoral era um dos motivos do ressentimento das classes médias em relação à oligarquia agrária. Ver Nicolau (2002).

¹⁰ Forjaz (1977) argumenta, a nosso ver corretamente, que o tenentismo foi ao mesmo tempo um movimento militar, com os tenentes se insurgindo também contra a cúpula das Forças Armadas aderente à oligarquia agrária; e um movimento que, sobretudo depois dos levantes de 1924, se alimentou do descontentamento das classes médias, que afetava também os militares enquanto classe. Os tenentes *representaram* (e eu acrescentaria, interpretaram) os interesses das classes médias urbanas por mais democracia e pelo fim da dominação oligárquica. Ver também Jaguaribe (1969, pp. 173-74) e Sodré (2010[1965], pp. 313 e ss.). De todo modo, Décio Saes, Boris Fausto e Maria Cecília Forjaz deixam claro que o tenentismo teve pelo menos três vertentes: a liberal democrata dos levantes iniciais, inclusive a Coluna Prestes, o autoritarismo conservador do pós-1930, e o radicalismo de esquerda cuja expressão mais saliente foi a Aliança Nacional Libertadora.

O tenentismo, como afirmado em nota, não era um só. Seu higienismo político (era preciso sanear a república) travestido de republicanismo e nacionalismo não era toda a história. Virgínio Santa Rosa, por exemplo, lamentava os pendores democráticos dos tenentes (mas nem todos o tinham), já que a democracia havia servido, até ali, para manter no poder oligarquias agrárias corruptas e opressoras, que faziam do Estado comitê executivo de seus interesses, em detrimento de todas as outras classes e muito particularmente da “pequena burguesia”, termo mais comumente empregado por ele para referir-se à nova classe média urbana. Mas Santa Rosa viu mais democracia do que de fato havia. Os tenentes se julgavam portadores do interesse genuíno da nação, e, se estavam com Getúlio Vargas na revolta armada que pôs fim à Primeira República, sendo decisivos no suporte ao novo regime, a democracia não era propriamente o forte de parcela expressiva desse grupo.

Diante, por exemplo, da pressão da dissidência oligárquica que apoiara a Revolução para o restabelecimento das eleições e a convocação de uma assembleia constituinte, os tenentes fundaram o Clube 3 de Outubro em 1931, defendendo a prorrogação do Governo Provisório (que Santa Rosa, Martins de Almeida e seus contemporâneos qualificavam de ditatorial) e o adiamento da constitucionalização do país. O Clube foi muito influente por alguns anos, tendo intermediado a nomeação de vários tenentes como interventores federais nos Estados, e veria boa parte de seu programa divulgado em 1932 ser adotado por Vargas depois de 1937, sob a ditadura do Estado Novo (Silva, 1966; Fausto, 1986[1970]; Tavares de Almeida, 1978). Dentre os pontos centrais do programa estava a construção de um estado forte e centralizado, em contraposição ao federalismo oligárquico; a intervenção estatal na economia para industrializá-la e modernizá-la (estava na pauta a construção de infraestrutura siderúrgica, por exemplo); a defesa da representação corporativa de categorias profissionais reconhecidas pelo Estado, ao lado da representação parlamentar clássica (medida que seria adotada na Constituinte de 1934); eliminação do latifúndio; instituição de conselhos consultivos e técnicos de auxílio à administração pública; nacionalização de alguns setores estratégicos, como a exploração hídrica e mineral e muito mais, temas que de fato figuraram entre as principais políticas da Era Vargas, que, nesse sentido, pode mesmo ser pensada, ao menos em parte, como triunfo do projeto desse segmento das classes médias. Mas, sabemos, Vargas, ao dar passagem a partes do programa

do Clube 3 de Outubro, não elegeu as classes médias como base de sustentação de seu projeto político¹¹.

Virgínio Santa Rosa execrava a democracia oligárquica, visão que contaminava sua percepção da democracia em geral. Tal como boa parte dos tenentes depois de 1930, ele preferia um governo de sábios escolhidos entre elites ilustradas, liderando uma “ditadura nacional, forte e enérgica, apta a transformar a sociedade brasileira com a decretação de reformas profundas e radicais, para assegurar o domínio mais ou menos duradouro das classes médias urbanas e rurais” (Santa Rosa, 1956[1933], p. 115). Para ele, Vargas, com sua atitude hesitante e conciliatória com as oligarquias, estava longe de ser a liderança adequada para tarefa tão hercúlea e urgente.

Essa inclinação animava também Plínio Salgado, mentor de outro importante movimento das classes médias nos anos 1930, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Salgado era filho de pai farmacêutico e mãe professora, autêntico representante das novas classes médias urbanas, e achava, como Santa Rosa, que o liberalismo democrático levava à “negação de si mesmo, pela hipertrofia oligárquica e o domínio dos mais fortes” (Salgado, 1955[1934], p. 73). A AIB, ramificação do tenentismo, foi além ao lograr a mobilização de vastas camadas médias em favor de seu totalitarismo tropical. Apesar da simbologia que evocava o nazismo (como o sigma, símbolo do “ser integral” bordado na manga do uniforme verde, a saudação com o braço estendido e o “anauê” substituto do “heil Hitler”), em seus fundamentos o integralismo esteve mais próximo do fascismo italiano, além de manter relações estreitas com seus congêneres português e espanhol (Bertonha, 2011). Foi o primeiro movimento a apelar diretamente às classes médias urbanas (Trindade, 1979), conseguindo de fato atraí-las em grande número. Fundada em 1932, em 1937 a AIB dizia contar com 400 mil adeptos em todo o país, ainda que Robert Levine sustente que o montante não devia ultrapassar metade disso (Levine, 1970, p. 83). Ainda assim o número era expressivo, permitindo qualificar o Integralismo como o primeiro movimento de massa das classes médias urbanas no Brasil.

O caráter massivo da AIB é indicador da atração de segmentos das classes médias pelo autoritarismo como solução: para os dilemas da nação; para seus próprios temores, entre eles o comunismo e o medo da proletarização; e para seus anseios e aspirações, entre eles os de ascensão social e bem estar para si e para suas famílias. Vale chamar a atenção para o fato de que a maioria dos habitantes do país era composta de brasileiros natos, isto é, pessoas e

¹¹ Em seu discurso de posse Vargas foi enfático na defesa da reforma agrária, elemento central do projeto dos tenentes e também do Clube 3 de Outubro, mas ele nunca enfrentou o poderio dos grandes proprietários de terra. Ver Gomes (1988) e Cardoso (2010).

famílias que haviam construído entre nós suas trajetórias de vida, suas aspirações e sua ação política. Mesmo nos dois maiores municípios receptores de imigrantes a partir de meados do século XIX, Rio e São Paulo, em 1920, respectivamente 80% e 65% de seus moradores haviam nascido no país. Nos anos 1930 as proporções eram ainda maiores. A maioria dos habitantes, pois, se havia confrontado, por gerações, com rígida ordem senhorial privada, cujos interesses e ação política a muitos parecia, por sua própria experiência pessoal, inexpugnável. Isso incluía as classes médias, que, no Rio, tinham não mais que 37% de estrangeiros em suas hostes em 1920, segundo o Censo Demográfico. Como pensavam Santa Rosa e tantos outros intelectuais de classe média como ele, tal ordenamento só poderia ser dobrado com mão de ferro. A democracia não parecia uma saída, dentre outras coisas porque não estava no passado (ou na tradição), e seu presente era opressivo e excludente. Nesse quadro, a alternativa militar, ou a “revolução”, palavra que era moeda corrente nos círculos antioligárquicos, civis ou militares, estava na experiência cotidiana dos nacionais como caminho possível para a superação de suas mazelas.

Deve-se enquadrar nessa perspectiva outra vertente importante do tenentismo, igualmente autoritária, que desaguardaria na militância de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PCB)¹² e, muito particularmente, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento efêmero mas cujas ações seriam decisivas para o desfecho do primeiro período Vargas. A ANL foi a maior organização de massas do país até então, suplantando a AIB. Fundada em março de 1935, atraiu a militância de pessoas das classes média, operária e populares, com numerosos adeptos no interior das forças armadas (Levine, 1970). Em três meses estava organizada em todo o território nacional, tendo no Rio de Janeiro parte substancial de seus núcleos. A organização reivindicou para si, como a AIB antes dela, a herança dos levantes tenentistas de 1922, 1924 e, obviamente, da Coluna Prestes e da Revolução de 1930, que teria sido traída por Vargas, que não teria enfrentado o latifúndio e o domínio das oligarquias rurais (Vianna, 2007).

A ANL foi fechada em julho de 1935 pelo governo Vargas, alarmado com seu radicalismo e enorme popularidade. Atuando a partir de então na clandestinidade, em novembro a organização patrocinou, sob liderança de Luís Carlos Prestes, levantes em quartéis do Rio, Natal e Recife, que foram esmagados por militares legalistas. Em resposta ao

¹² Em 1929, antes portanto das eleições de 1930, Luís Carlos Prestes lançou um manifesto no qual afirmava que não se mudaria o Brasil pelo voto, e que só a revolução socialista e a “ditadura democrática do proletariado” poderiam salvar o país. Juarez Távora, até ali aliado e amigo fraterno de Prestes, rompeu com o agora comunista, levando com ele boa parte dos tenentes que haviam marchado na Coluna Prestes. O manifesto de Prestes e a resposta de Távora podem ser encontrados em Silva (1972, p. 417-426).

que passaria para a história como a “intentona comunista”¹³, em 3 de dezembro o governo criou a *Comissão de Repressão ao Comunismo*, sob chefia de Filinto Miller, que colocaria na cadeia, torturaria e mataria comunistas, democratas e opositores do regime de todas as colorações políticas e ideológicas. A violenta reação dos militares e do governo Vargas à “intentona” deitou raízes profundas nas estratégias das elites dominantes dali por diante. Para os trabalhadores de todos os matizes, incluindo os setores sindicalmente organizados das classes médias urbanas, o Estado Novo começou em 1935, como assinalou Werneck Vianna (1999[1976]).

Lembre-se que o Partido Comunista havia sido proscrito pouco depois de criado em 1922, mas quando Vargas editou a primeira de suas leis de ordenamento sindical em 1931¹⁴, os comunistas estavam no comando de vários sindicatos importantes no Distrito Federal e em São Paulo. O novo regime foi implacável contra o sindicalismo de esquerda, mas a obrigatoriedade de registro dos sindicatos no recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio instituiu mecanismo nem sempre eficaz de controle sobre o surgimento de novas agremiações no mundo urbano em crescimento (Gomes, 1988). E a repressão pura e simples aos sindicatos de trabalhadores tornou-se menos atrativa num regime que caminhava para a normalização constitucional. A Constituinte de 1934, afinal, contou com representantes classistas eleitos nos e pelos sindicatos de patrões e empregados, que legislaram ao lado dos representantes eleitos pelo voto popular, e a nova Constituição consagrou a liberdade sindical¹⁵. Nada disso sobreviveu a novembro de 1935, momento inaugural da ditadura do Estado Novo, que só se institucionalizaria em 1937.

O golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo, foi perpetrado em nome da governabilidade. Em sua “Proclamação ao povo brasileiro”, de 10 de novembro de 1937, Vargas falou contra a ordem constitucional de 1934, liberal e “antedatada em relação ao espírito do tempo” (Vargas, 1938, p. 23), contra os partidos políticos, a paralisia decisório do

¹³ É obra dos militares a qualificação dessas quarteladas como levantes comunistas. Prestes reconhecera, mais tarde e talvez retoricamente, que em 1935 ele era um tenente, não um marxista ou comunista. E tanto a rebelião espontânea de Natal quanto a mais organizada de Recife foram sedições típicas dos tenentes, com forte componente de insatisfação das camadas militares médias com suas condições de vida e serviço. Ver Vianna (2007).

¹⁴ Trata-se do Decreto No.19.770, de 19 de março de 1931, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em setembro de 2017.

¹⁵ “Art 120. Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei. Parágrafo unico. A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos.”. Constituição Federal de 1934, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>, acessada em setembro de 2017.

Congresso e o caos político que as perigosamente próximas eleições de 1938 já estariam provocando na nação. Ecoou, nesse sentido, os anseios dos segmentos autoritários dos tenentes e seus apoiadores em todas as classes, muito particularmente os segmentos médios, que não viam nas eleições mecanismos eficazes de representação política de seus interesses¹⁶. Tudo indicava que se caminhava, nas eleições de 1938 agora suspensas por Vargas, para uma repetição das disputas intra-oligárquicas anteriores a 1930, que as classes médias se haviam mobilizado para pôr abaixo. Para muitas de suas frações, o golpe de 1937, que fechou o Congresso, banuiu os partidos políticos e manietou o judiciário sem sofrer resistência, veio finalmente cumprir o projeto da Revolução de 1930. Com o Estado Novo, as classes médias pareciam estar, finalmente, representadas no poder. Mas era mera aparência, que a história cuidaria de desmistificar.

Em busca de distinção

Cabe aqui um parêntese. A militância autoritária de esquerda ou direita não exaure as formas de inscrição das classes médias na emergente ordem burguesa brasileira. Parte substancial de suas hostes aderiu ao status quo oligárquico, por razões que variaram ao longo do tempo. Nas primeiras décadas da República, o “adesismo” de suas camadas superiores decorria do fato de elas serem, em boa medida, oriundas das classes agrárias dominantes. “O bacharelismo é uma das opções encontradas pelos fazendeiros para seus filhos”, escreveu Edgard Carone (1972, p. 177), e estes se formavam em direito, medicina ou engenharia para ocupar as principais posições na burocracia estatal, às quais acediam por indicação de algum mandatário oligárquico. O acesso a tais posições não exigia o diploma, obviamente, o sistema de preenchimento de cargos por meio de relações pessoais e de patronagem era a norma. O indicado não precisava de outra qualificação além da de ser apadrinhado por alguém suficientemente poderoso. É verdade que a instituição de concursos públicos para preenchimento de vagas na burocracia federal é obra do primeiro governo Vargas. A regulamentação das profissões liberais tem início em 1939. Mas Miceli (1979, pp. 137 e ss.) afirma que os concursos públicos serviam apenas para prover as posições médias e inferiores do funcionalismo. A indicação política para cargos superiores continuou a norma, e em 1939 havia quase 1.200 cargos comissionados no governo federal (idem, p. 138, nota 5)¹⁷.

¹⁶ Críticas à política partidária e à corrupção publicadas em órgãos de imprensa voltados para as classes médias, bem como em clubes profissionais (como o de Engenharia do Rio de Janeiro), sindicatos e associações de classe média, podem ser encontradas em Owensby (1999, p. 151 e ss.).

¹⁷ Ver Miceli (1979) e Coelho (1999).

Ainda assim, o diploma era almejado, pois granjeava a seu possuidor posições também no mercado privado e protegido das carreiras profissionais, que eram reguladas, primeiro, pelas organizações profissionais autônomas (como o Instituto dos Advogados do Brasil, no caso dos advogados), e mais tarde, pelo Estado por meio da regulamentação pública das profissões. Esta última, que levou ao efetivo fechamento de mercado para os portadores de diploma superior de um sem número de carreiras, teve atuação decisiva das classes médias lotadas nas posições de poder do aparelho de Estado (Bonelli, 2002).

Não se deve negligenciar a importância política desses movimentos no âmbito do aparelho de estado para blindar as posições de classe média da competição aberta no mercado de trabalho (no que concordo com Coelho, 1999). Menos ainda a gradativa construção de privilégios propriamente estamentais pelas várias carreiras do serviço público com acesso aos mecanismos decisórios oligárquicos nos executivos ou nos parlamentos nacional e estaduais, como regimes próprios de aposentadorias e pensões, estabilidade no emprego, planos de carreira, seguros saúde e outros (e aqui estou de acordo com Miceli, 1979). Os dois movimentos devem ser lidos como resultado da ação política coordenada de segmentos médios para garantir, em lei, sua distinção de classe conseguida por mecanismos clientelistas; e a segurança estatutária de que seus padrões de vida seriam resguardados da disputa fratricida no mercado de trabalho.

Por outras palavras, enquanto estratos mais mobilizados das classes médias vinham à praça pública combater poderosas oligarquias em nome de projetos mais ou menos republicanos, mais ou menos democráticos, mais ou menos autoritários, e estavam dispostos a morrer por isso, as camadas aderentes dessas classes construía posições de poder econômico e social que as transformavam em estamentos protegidos contra as intempéries das conturbadas conjunturas políticas, impedindo, com isso, que experimentassem a vulnerabilidade e a pobreza das camadas subalternas. Parte da atuação política das classes médias, então, foi quase invisível, pois ocorrida nos parlamentos e na burocracia estatal. Mas foi altamente eficiente em assegurar privilégios estatutários que estabeleceram fortes e permanentes linhas de demarcação entre suas posições e as da grande maioria da população¹⁸.

¹⁸ A tentativa de se proteger da competição no mercado de trabalho não distingue as classes médias brasileiras de suas congêneres mundo a fora. Para o tema do fechamento dos mercados para os portadores de diploma, ver xxx; para a construção de burocracias estatais estáveis e igualmente protegidas, ver xxx.

As classes médias contra Getúlio Vargas

Essa breve discussão sobre alguns aspectos da atuação política das classes médias brasileiras nos anos 1920 e 30 deixa patente a heterogeneidade de seus engajamentos, num ambiente de grandes transformações econômicas, políticas e sociais. O tenentismo impôs importante fissura nos mecanismos tradicionais de dominação, principalmente depois de 1924, abrindo os horizontes de expectativas e trazendo à cena projetos e programas políticos que passaram a disputar a construção do futuro, e os projetos dos tenentes, heterogêneos por sua vez, estavam entre eles. Entre a democracia e os diferentes autoritarismos, os tenentes expressaram anseios de parcelas expressivas das classes médias, parte delas abraçando, com o golpe de 1937, o autoritarismo como solução para os dilemas nacionais. A repressão ao comunismo em 1935 e o controle dos sindicatos a partir de então conteve o “perigo vermelho”, que assombrava tanto os militares quanto a massa das classes médias (Motta, 2002), ainda que parcelas delas estivessem na ANL, no PCB e outras organizações de esquerda, inclusive os sindicatos.

Com efeito, sindicatos de professores, bancários, jornalistas, advogados e outras categorias médias foram criados em todo o Brasil durante o primeiro período Vargas, e quando veio a descompressão pós-Estado Novo, vários deles fizeram greves por aumentos de salários. Tavares de Almeida (1978, p. 277) registra uma greve bancária em Santos em 1932, reivindicando melhores condições de trabalho e gratificações semestral e quinzenal. Houve outra em 1934 (idem, p. 280) também registrada por Décio Saes (1984, p. 112), demandando e conseguindo do Estado a criação de instituto próprio de aposentadoria. No mesmo ano telegrafistas fizeram uma greve nacional por aumento de salários, e escreventes de escritório pararam por dois dias no Estado de São Paulo pedindo equiparação com os escreventes do Rio de Janeiro (Tavares de Almeida, 1978, p. 280 e 281). Weffort (1972) lista as greves ocorridas no Brasil entre 1945 e 1964, dentre elas a greve nacional dos bancários de 1946 demandando abono de natal e salário profissional; a greve de médicos e engenheiros do setor público demandando equiparação salarial com os advogados em 1948 (ocorrida em local não informado), dentre outras, que mostram que a mobilização sindical esteve entre os engajamentos políticos de alguns setores médios.

Mas se segmentos das classes médias usaram a estrutura sindical legada por Vargas para se organizar e lutar por seus direitos, o eventual apoio desses setores era pleno de desconfiança e ambiguidade. Já em 1938 o ditador voltou a acenar às classes trabalhadoras urbanas, mesmo sob a dura repressão do regime. No dia 30 de abril daquele ano o presidente editou o Decreto-Lei 399, regulamentando lei de 1936 que instituía o salário mínimo. A

constituição de comissões para a realização de estudos econômicos sobre consumo das famílias nas diferentes regiões do país foi propagandeada por Vargas no dia primeiro de maio de 1938, inaugurando uma prática que se repetiria nos anos seguintes, quando o ditador anunciava, no Dia do Trabalho, novos itens da legislação social e trabalhista “outorgada” pelo Estado. Os discursos começavam, invariavelmente, com o bordão “Trabalhadores do Brasil”.

Além disso, a partir daquele ano o regime deu início a extenso projeto de reconstrução da identidade da Revolução de 1930 como movimento feito em nome do “povo trabalhador”, sendo o primeiro que teria tomado em suas mãos, na pessoa “magnânima” do presidente, o equacionamento da questão social. A esse respeito, cabe lembrar a análise de Angela de Castro Gomes sobre os discursos semanais do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, entre janeiro de 1942 e julho de 1945, parte importante da enorme máquina de propaganda responsável pela consolidação da imagem de Vargas como “pai dos pobres”, do “mito da outorga” dos direitos trabalhistas, do mito de que a questão social antes de 1930 era caso de polícia, tendo sido solucionada por Vargas etc.. Com o sugestivo título de *Falando aos trabalhadores brasileiros*, a inserção semanal de Marcondes Filho na “Hora do Brasil” tinha como eixo fundamental “a legislação social e trabalhista do Estado Novo” (Gomes, 1988, p. 230). Para o ministro, como essa legislação não tinha sido “conquistada ao longo de uma epopeia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, (...) [ela] exigia divulgação e esclarecimentos” (idem, p. 231).

Vale relembrar que, embora o Estado Novo tenha reprimido duramente a militância sindical não afinada com o regime, depois de 1943 Vargas conclamara os sindicatos que ele controlara e reprimira a se mobilizarem em sua defesa. Isso levou a leve afrouxamento nos mecanismos de controle sobre as eleições sindicais, e os comunistas e outras vertentes de oposição tomaram alguns sindicatos importantes. O PCB, agora com acesso à estrutura sindical, foi essencial no apoio a Vargas em 1944 e 1945, estando à frente do “queremismo”. Quando o ditador foi deposto, o movimento sindical se reestruturou rapidamente, os comunistas à frente. Isso fez de 1946 um ano de intensas e numerosas greves, só compreensíveis se tivermos em conta que a estrutura sindical já vinha sendo ocupada por militantes não controlados pelo Ministério do Trabalho¹⁹.

A identificação de Vargas com os trabalhadores e a agitação sindical posterior a seu governo afastariam dele as camadas superiores das classes médias, e também uma parte de seus estratos intermediários mais graduados. E o colocaria sob suspeição vigilante das forças

¹⁹ Ver, dentre outros, Weffort (1972b); Gomes (1988), French (1995); Werneck Vianna (1999[1976]) e Santana (2001).

armadas que, ironicamente, ele ajudara a promover ao dar passagem a seu nacionalismo, seu desenvolvimentismo e suas demandas por melhores soldos e equipamentos, em função da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial²⁰. E a desconfiança dos militares aumentaria com a adesão dos comunistas a Vargas no final de seu governo (Weffort, 1972; Gomes, 1988, Sodré, 2010[1965]). Ainda assim, é provável que boa parte dos trabalhadores urbanos das camadas médias menos graduadas (incluindo o baixo oficialato militar) tenha votado nele nas eleições de 1950.

Assim, pesquisa de opinião do IBOPE na cidade de São Paulo em 1948 encontrou que exíguos 3,7% da “Classe A” de renda pretendiam votar em Vargas em 1950. Na “Classe B”, equivalente aos segmentos médios de renda, a intenção de voto atingiu 15%, e 25% na “Classe C”, ou popular. A proporção de eleitores que não sabia em quem votaria se aproximava de 40% nos três estratos²¹. No Rio, em enquete de outubro do mesmo ano, as proporções foram de 8%, 20% e 48% respectivamente, sendo a “Classe A” a mais indecisa, com 50% não sabendo em quem votariam. Nas classes B e C os indecisos foram 29% e 27% respectivamente. Essas pesquisas se basearam em manifestação espontânea dos eleitores. Quando os cariocas foram apresentados aos nomes dos possíveis candidatos, o estudo encontrou 16,6% de intenção de voto em Vargas na Classe A, 25% na Classe B e 56% na classe C²². Dois anos antes da eleição, Eduardo Gomes tinha 40% das intenções de voto da Classe B de renda, ainda que boa parte das classes médias superiores estivesse também na classe A²³. E a memória social certamente jogou seu papel na busca, por essas camadas médias e superiores, de alternativas ao projeto varguista de falar para e pelos trabalhadores.

²⁰ Dentre os acordos entre Vargas e Roosevelt que sacramentaram o apoio do Brasil aos aliados na guerra estavam a concessão de empréstimos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (projeto, recorde-se, do tenentista Clube 3 de Outubro), o reequipamento das forças armadas e o reajuste dos salários, demandas militares permanentes, mas sempre adiadas. Ver Coelho (1976).

²¹ As pesquisas do IBOPE estão disponíveis on line no Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, no link <https://www.ael.ifch.unicamp.br/ael-digital?destination=node/55> (acessado em setembro de 2017). A pesquisa em questão está no arquivo “ibope_opp_pe_007_mr_0255”, p. 128, no link “Pesquisas especiais”. Foram ouvidos 600 eleitores. O Instituto não informou como construiu as “Classes” nesta e em parcelas das demais pesquisas comentadas aqui, mas como informado na Introdução a esta publicação, a análise das muitas pesquisas de mercado do IBOPE no período mostra que o critério variava de acordo com o tipo de enquete realizada, e combinava renda da família e a profissão do chefe. Mas não são oferecidos maiores detalhes. No caso da pesquisa sendo analisada, a “Classe rica” perfazia 16% do total, a “Classe média” 37% e a “Classe pobre” 47%. O Instituto reconhecia que havia “um pequeno exagero para a classe rica”. Na verdade, havia grande superestimação dessa classe e da classe média, e enorme subestimação da “classe pobre”, como veremos. A primeira utilização sistemática dos dados do IBOPE no estudo da dinâmica política do período é Lavareda (1991). Ver também Owensby (1999). Esses documentos são muito pouco usados na historiografia sobre o período.

²² A pesquisa está no mesmo arquivo da anterior, p. 157.

²³ A metodologia de construção de amostras do IBOPE era, neste momento, muito frágil. O próprio instituto reconheceu, em 1950, que as pesquisas, “*embora errando bastante nas porcentagens*”, tem logrado acertar

Tome-se o caso do salário mínimo. Decretado em 1940, foi reajustado em 1943, conforme previa a lei, e novamente em 1944 para repor perdas daquele ano. Durante todo o período e principalmente após 1943, a inflação alimentou a insatisfação de todas as classes, e particularmente as classes médias, cujas camadas intermediárias não tinham sua renda atrelada ao salário mínimo. Mas as camadas mais baixas tinham. Com os aumentos de 1943 e 1944, os segmentos médios mais abastados viram o salário do operariado e das classes médias baixas aproximar-se perigosamente do seu, o que explica ao menos parte da perda de sustentação política de Vargas entre esses segmentos (Owensby, 1999), e sua disposição para apoiar os movimentos para apelar o ditador do poder. E isso mesmo considerando seu aceno a essas camadas mais altas, com a regulamentação das profissões e, como já mencionado, a contratação de servidores por concurso público, sem tocar nos mecanismos de nomeação de “apadrinhados” nas posições hierárquicas superiores. Ao menos os estratos médios dependentes do emprego público não foram abandonados pelo Estado Novo, e os estratos menos graduados no mundo privado tinham sido protegidos pela política de valorização do salário mínimo, e se estavam organizando na estrutura sindical parcialmente controlada pelo Estado. E ainda assim, as classes médias estavam distantes de Vargas em 1948.

O salário mínimo não sofreria reajuste algum durante o Governo Dutra (1946-1950), e seu valor real foi corroído pela inflação de mais de 182% entre 1944 e 1951 (Cardoso, 2010, p. 235). Com o congelamento, o mínimo deixou de ser referência para a maioria dos salários da economia nas regiões mais desenvolvidas do país, mas continuou importante no comércio e nos serviços urbanos dos estados mais pobres. Às portas das eleições de 1950 os assalariados em geral estavam bastante insatisfeitos com a “carestia”, termo empregado então para nomear o processo inflacionário que os salários não conseguiam acompanhar. Ela afetava *todas* as classes sociais, muito particularmente os trabalhadores mais vulneráveis, neles incluída a baixa classe média em sua luta permanente contra a proletarização.

Assim, em pesquisa do IBOPE entre operários paulistanos da região suburbana pouco antes das eleições de outubro de 1950, à pergunta “Qual a medida mais importante que o nosso governo deveria adotar agora no Brasil”, entre itens como reduzir o custo de vida, baixar os alugueis, reduzir preços, acabar com o mercado negro e outras relacionadas com o custo de vida, temos 32% das respostas. Em Porto Alegre, na mesma época, à pergunta sobre quais medidas o governo deveria adotar para melhorar a vida na cidade, 21,3% dos

nas colocações” dos candidatos. Ver “Comunicado estritamente confidencial sobre as eleições”, no arquivo “ibope_opp_pe_009_mr_0256” do AEL, p. 227, grifo nosso.

entrevistados responderam “Baixar o custo de vida”, sendo que o segundo item mais escolhido, “Resolver o problema da habitação”, teve apenas 11,4% das preferências. À pergunta “Se o senhor fosse governo e pudesse resolver apenas três dos problemas seguintes, quais procuraria resolver primeiro?”, 58% colocaram em primeiro lugar “Carestia de vida”, vindo em seguida escolas e hospitais, com 45% e 44% respectivamente²⁴.

Para que se tenha uma ideia aproximada da defasagem do salário mínimo, dois parâmetros de comparação bastarão. Em 1949 as empresas pagaram aos vendedores do comércio, em média e em termos nominais, Cr\$622 por mês, ou menos de 2 salários mínimos, enquanto ao operariado industrial foram pagos, também em média, Cr\$833 mensais. A um trabalhador de escritório na indústria pagou-se, em média, duas vezes esse valor (ou 4,2 mínimos). Nas empresas de crédito, os gastos salariais médios com os “Chefes de serviços e categorias superiores” (classes médias altas e classes superiores) foram de Cr\$3.800 (ou 10 mínimos); em seguida vinham os “Empregados de escritório”, com gastos de Cr\$1.900; e “Outros empregados”, com gastos médios de Cr\$1.600. Logo, o setor bancário pagava ao segmento pior remunerado o mesmo que a indústria pagava a seus trabalhadores de escritório (4,2 mínimos) em média, e isso era menos de duas vezes o que se gastava com um operário fabril, diferença que chegava apenas a 1,5 vezes no comércio atacadista na mesma categoria “Outros empregados”. Pode-se supor que massa não quantificável desse total ganhava bem menos do que a média, mas é provável que a mediana da renda dos trabalhadores industriais e de boa parte do comércio e dos serviços estivesse próxima do salário mínimo nas regiões mais pobres do Brasil, mesmo estando este bastante corroído pela inflação²⁵. A média por trabalhador dá uma ideia das desigualdades de renda do trabalho, que eram, entre as categorias médias e o operariado, bastante modestas, e muito sujeitas à variação no valor nominal do salário mínimo.

O segundo parâmetro de comparação é o custo de vida. Pesquisa de padrão de vida realizada pelo IBOPE na capital paulista em julho 1946 junto a 1.091 pessoas, encontrou que o gasto médio per capita de famílias da “Classe A” foi de Cr\$1.163,00; na “Classe B”, de Cr\$458,00, e na “Classe C”, Cr\$337,00. Logo, o salário mínimo de Cr\$380,00 mal dava para

²⁴ A primeira pesquisa mencionada inicia na página 194, e a segunda, na página 232 do arquivo “ibope_opp_pe_009_mr_0256” do AEL.

²⁵ Esses dados foram calculados a partir do censo industrial e do censo do comércio e dos serviços de 1950 (disponíveis da biblioteca virtual do IBGE), dividindo-se o total de salários pagos pelo total do pessoal ocupado em cada categoria ocupacional, tal como declarados pelas empresas de cada setor. Os censos trazem informação sobre salários pagos ao longo de todo o ano de 1949. No caso do censo industrial há informação para os mesmos “Chefes de serviços e categorias superiores”, “Operários” e “Outros empregados”, dos quais é possível separar o “Pessoal de escritório”, de renda já referida no texto.

cobrir os gastos de um único membro das famílias mais pobres. Estas gastavam, em média, Cr\$824,60 apenas com alimentação. O gasto médio total de uma família da “Classe B”, ou média para os critérios do IBOPE, foi de Cr\$2.782, contra Cr\$1.375 da “Classe C” e Cr\$10.172 da “Classe A”²⁶.

A inflação continuada da segunda metade dos anos 1940, aliada ao congelamento do salário mínimo, teve efeitos devastadores sobre as pretensões eleitorais dos adversários de Vargas. As camadas médias empobrecidas e os trabalhadores urbanos em geral ouviram deste, na campanha eleitoral de 1950, as promessas de revalorização do salário mínimo e de combate à inflação. O candidato respondia, em seu discurso, a demandas sempre desestabilizadoras, sobretudo porque estiveram na pauta de quase todos os movimentos militares até então e, obviamente, do movimento sindical. Criador do salário mínimo, sua promessa talvez tenha soado crível para parte substancial dos que tinham no valor arbitrado pelo governo sua fonte principal de renda, e também para as camadas sociais que tentavam se distanciar desse piso salarial, como era o caso das classes médias (que por isso mesmo temiam o retorno de Vargas).

Ainda assim, a informação disponível não permite afirmações categóricas sobre o voto dessas classes. O mesmo IBOPE computou, em pesquisas encomendadas por dois diferentes clientes, a intenção de voto em São Paulo entre 5 e 15 de setembro de 1950 e novamente entre 21 e 27 do mesmo mês. Na primeira, 49% da “Classe B” pretendiam votar em Vargas, e na segunda, 62%. A diferença nas proporções só pode ser explicada pelo baixo rigor dos desenhos amostrais, que levavam o Instituto a “errar bastante nas proporções”, como reconheceu num documento confidencial citado em nota. Em 1952, com desenho amostral provavelmente mais acurado, pesquisa realizada em 8 capitais e nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto encontrou 38,2% de pessoas da “Classe média” (ou B) que disseram ter votado em Vargas dois anos antes (contra 60% da “Classe pobre” e 26% da “Classe rica”, que na verdade era composta, talvez em sua maioria, por pessoas das classes médias superiores, tal como definidas em Cardoso e Préteceille, 2017). Eduardo Gomes teria tido pouco mais de 36% dos votos da “Classe média”²⁷. Logo, proporção majoritária desse estrato parece *não* ter

²⁶ A pesquisa em questão está nas páginas 48 e ss. no arquivo de nome “ibope_opp_pe_004_mr_0254”, no AEL. Ver também Cardoso (2010, Cap. IV).

²⁷ Ver arquivo “ibope_opp_pe_011_mr_0257”, p. 354, no AEL. A necessidade de fazer prognósticos eleitorais mais acurados levou o IBOPE a melhorar constantemente sua metodologia de pesquisa de mercado. Em 1953 a classe A havia caído, nas pesquisas no Rio e São Paulo, para 5,5% do total, a classe B para 45,4% e a C para 49,1% (esses valores variavam de pesquisa para pesquisa). Em 1955 a configuração se consolidou em torno de 8%, 34% e 58% respectivamente, mais próxima da realidade do Brasil urbano de então. A metodologia só voltaria a mudar em 1960, com a criação das “Categorias Sócio

votado em Vargas em 1950, ao menos nesse agregado de cidades investigadas (que incluía São Paulo).

Porém, em 1953, nova pesquisa junto ao eleitorado de algumas cidades paulistas, incluindo a capital, voltou a perguntar em quem o eleitor havia votado em 1950. Entre os mil entrevistados de São Paulo, 52% dos membros da classe B disseram ter votado em Vargas (contra 40% da classe A e 70% da classe C). Em que pesem os conhecidos problemas de pesquisas retrospectivas desse tipo (que levam, por exemplo, à revisão, pelo eleitor, do voto efetivamente consignado em função do desempenho do governante eleito, além da memória seletiva), o fato é que, entre os que disseram ter sufragado Vargas na classe B, 63% disseram que não votariam nele novamente, contra 74% da classe A e 51% na classe C²⁸.

Tudo sugere que parte minoritária das classes médias esteve com Vargas na eleição de 1950. E seu conturbado mandato afastaria dele, definitivamente, os segmentos melhor posicionados dessas classes. Se as políticas econômicas varguistas tendiam a favorecer a industrialização e tinham no nacionalismo sua pedra de toque, como bem marcou a literatura sobre o período, isso tinha como contrapartida as políticas sociais e o aumento da renda do operariado, por meio da valorização do salário mínimo. Ora, essa não era uma política pública que tivesse as classes médias no horizonte. Assim, o governo reajustaria o salário mínimo em janeiro de 1952, o valor nominal saltando de Cr\$380,00 para Cr\$1.200,00, com isso aproximando-o da renda das camadas médias menos graduadas (e em alguns casos, como o dos vendedores do comércio varejista, ultrapassando o valor médio por eles recebido). Pode-se imaginar a comoção social dessas classes quando Vargas dobrou o valor do salário mínimo em julho de 1954, que passou a valer Cr\$2.400 no Rio de Janeiro, aumento que vinha sendo postergado pelo presidente desde o início de 1954.

Com efeito, o burburinho em torno da possibilidade desse aumento já havia agitado os militares e setores importantes das classes médias. Em fevereiro de 1954 veio a público um manifesto no qual 82 coronéis e tenente-coronéis do Rio de Janeiro demandavam, dentre

Econômicas”, de desenho bem mais sofisticado. Nas pesquisas de mercado, as famílias passaram a ser classificadas segundo a renda que *sobrava* depois das despesas mensais com alimentação, habitação, transporte e remédios. A família rica tinha sobras de 50% ou mais, a média variava de 20% a 50% (e era dividida em média superior, intermediária e inferior, com intervalos de 10 pontos percentuais entre cada estrato), a pobre tinha sobras entre 10% e 20%, e a pobre inferior menos de 10%. Isso quer dizer que os estratos de renda variavam de lugar para lugar, de acordo com as pesquisas socioeconômicas feitas regularmente, que mediam o padrão de consumo das famílias e orientavam o desenho das categorias socioeconômicas, ou classes de renda que, por sua vez, eram utilizadas nas pesquisas eleitorais e de opinião. Essas informações foram deduzidas a partir da análise detalhada de centenas de pesquisas nos arquivos do IBOPE encontráveis no Arquivo Edgard Leuenroth.

²⁸ A pesquisa está nas páginas 111 e 112 do arquivo “ibope_opp_pe_013_mr_0285”, no link “Pesquisas especiais” do AEL.

outras coisas, o fim da corrupção, o reequipamento das forças armadas e o restabelecimento das hierarquias salariais, valorizando aquelas forças vis-à-vis o operariado²⁹. O “Memorial dos Coronéis”, como ficou conhecido, tinha forte componente corporativo, e mencionava explicitamente os riscos, para a disciplina militar e a ordem na caserna, do projeto de aumento de 100% do salário mínimo anunciado pelo ministro do Trabalho João Goulart em janeiro do mesmo ano³⁰. O documento foi entregue ao ministro da Guerra Ciro do Espírito Santo Cardoso no dia 8 de fevereiro. Num furo de reportagem, o jornal *O GLOBO* publicou minúscula nota no centro da primeira página no dia 12/02, dando ampla cobertura sobre a repercussão do “Memorial” nos meios militares nos dias 13 e 14. Ninguém sabia ao certo o conteúdo do manifesto, e a imprensa empreendeu verdadeira batalha em busca de notícias, deixando claro que os veículos de comunicação, já naquele momento pregando contra Vargas, julgaram que o tema tinha potencial para incendiar os quartéis e aprofundar a crise do governo.

Nesse tenso ambiente, no dia 16 o *Correio da Manhã* publicou editorial de primeira página com o nome “Advertência Cívica”, resumindo os argumentos dos coronéis, com ênfase na questão salarial, nas más condições materiais das forças armadas e nas menções à corrupção, sem contudo transcrever o texto original. O jornal informava que os sargentos recebiam CR\$1.800 por mês, e os segundos-tenentes, CR\$2.500. Logo, um faxineiro que recebesse salário mínimo teria a mesma renda desses oficiais graduados, informação formulada em tom alarmista³¹.

O “Memorial” era de fato explosivo, pois provocou a queda tanto do ministro da Guerra, no dia 18 de fevereiro, quanto de João Goulart no dia 22 (Silva, 2004, pp. 164-167). Como afirmou Skidmore (1969, p. 165), a propósito desse episódio, “o nervosismo [dos militares] sobre o problema de *status* era evidente”³².

²⁹ Coelho (1976, p. 135) revela que as despesas do Ministério da Guerra como proporção da despesa total do governo Vargas caíram de 15,1% em 1952 para 11,8% em 1954, ainda que em proporção do PIB a queda tenha sido bem menor, de 2,6% para 2,3% entre 1953 e 1954 (idem, p. 137).

³⁰ Entre os líderes do movimento dos coronéis estava Golbery do Couto e Silva, que teria papel central no golpe de 1964 e nos governos militares que se lhe seguiram.

³¹ O acervo do *Correio da Manhã* está disponível no site da Biblioteca Nacional, e o de *O GLOBO* na página web do jornal.

³² A íntegra do Memorial de seis páginas pode ser encontrada em <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV4&pasta=GV%20c%201954.02.20/5>, arquivo Getúlio Vargas no CPDOC, acessado em novembro de 2017. Os cariocas só conheceriam o conteúdo do explosivo documento no dia 24, com Jango já fora do governo, quando o *Correio da Manhã* o publicou em sua primeira página sob a manchete “Eis o memorial dos coronéis”. Deixando claro que o tema era caro à imprensa, a íntegra do manifesto foi também publicada em *O Estado de S. Paulo* no dia 25 (o arquivo do *Estadão* também está disponível na página web do jornal).

Jango caiu antes de conseguir seu intento, mas o próprio Vargas decretaria o aumento de 100% do salário mínimo no dia primeiro de maio de 1954, no que foi visto como provocação pelos círculos militares e como mais uma “manobra demagógica” pela imprensa conservadora³³.

Na verdade, aos analistas contemporâneos não passou despercebida a enorme sensibilidade dos militares e das classes médias a estes três temas, salário mínimo, inflação e corrupção. Em artigo nos *Cadernos do Nosso Tempo*, provavelmente de Hélio Jaguaribe³⁴, publicado pouco antes do suicídio de Vargas em agosto, lemos que,

Enquanto os salários do proletariado urbano, embora com atraso em relação aos preços, foram tendo reajustamentos parciais, os ordenados da classe média permaneceram estacionados. É certo que durante o atual governo Vargas já houve um reajustamento dos vencimentos dos servidores públicos, civis e militares. Mas esse reajustamento beneficiou, quase exclusivamente, as camadas inferiores da classe média, hoje semiproletarizadas (Jaguaribe, 1954, p. 152).

Para esse analista, menos do que reajuste de ordenados, às classes médias mais graduadas interessava o controle do processo inflacionário, que corroía sua renda. Mas seu ressentimento em relação à melhoria de vida dos trabalhadores alimentava seu radicalismo opositor e seu anticomunismo:

Educada pelas tendências fascistas da era 40, tradicionalmente hostil ao proletariado, do qual se sente psicológica e socialmente tanto mais afastada quanto mais, economicamente, dele se está aproximando, a classe média vê o governo agitar as mesmas bandeiras que, anos atrás, eram consideradas subversivas e contra as quais o mesmo Sr. Getúlio Vargas, em 1937, a convocou para lutar, instituindo o Estado Novo. (idem, p. 154).

³³ O *Correio da Manhã* de 4 de maio de 1954, em editorial na pg. 4, trata o aumento como “paroxismo demagógico” de “dois estancieiros”, Vargas e Jango, que teria como consequência a quebra de empresas, desemprego e convulsão social. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=. O jornal *O GLOBO* colocou na boca de outros a manchete de primeira página do dia 3 de maio: “Preparando a catástrofe que o arrastará consigo”, frase sobre Jango atribuída ao deputado Raul Pilla. Nas outras três páginas de cobertura são ouvidas apenas opiniões contrárias ao aumento. Ver <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=sal%C3%A9rio+m%C3%ADnimo&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1950&anoSelecionado=1954&mesSelecionado=5&diaSelecionado=3> (Ambas as páginas foram acessadas em novembro de 2017). A reação de *O Estado de S. Paulo* está em Silva (2004, p 164). É bom sublinhar que, na imprensa em geral, Jango era tratado, nesse momento, como um político radical, estreitamente ligado aos comunistas. Essa percepção teria consequências no desenrolar da conjuntura anterior ao golpe de 1964.

³⁴ A atribuição de autoria decorre, dentre outras coisas, da equivalência na interpretação do golpe contra Vargas em 1954 encontrável nesse texto e em Jaguaribe (1969). O golpe militar que levaria Vargas ao suicídio teria sido perpetrado pela aliança entre a burguesia comercial, a burguesia latifundiária e a pequena burguesia radical, “esta última, como sempre, inserida nas forças armadas” (idem, p. 179). Além disso, Jaguaribe usava “tática” e “estratégia” como chaves analíticas para compreender a ação das classes sociais e dos governantes, termos empregados nos dois textos. Por fim, um dos aspectos estruturais do que ele entendia por “inautenticidade” do governo Vargas era o “estado cartorial”, conhecido conceito cunhado por ele e igualmente empregado nos dois textos.

O texto de Hélio Jaguaribe elabora importante argumento sobre o papel do moralismo das classes médias e sua cruzada contra a corrupção na desestabilização do governo Vargas. É preciso lembrar que o tema da corrupção fora onipresente na crítica dos tenentes ao liberalismo oligárquico. Estivera, por exemplo, na defesa da saída revolucionária para os dilemas da Primeira República por parte de ninguém menos do que Juarez Távora, que, na já mencionada resposta ao manifesto de 1929 de Prestes, dissera que o “saneamento” político da nação exigia “a eliminação desta atmosfera de corrupção, que nos envolve” (Juarez Távora, transcrito em Silva, 1972, p. 422).

No caso do segundo governo Vargas não foi diferente. Na leitura de Jaguaribe, a cruzada moralista das classes médias se teria iniciado com a denúncia de Carlos Lacerda contra o jornal Última Hora, de Samuel Wainer, tido por aquele como órgão de imprensa do governo Vargas. Em meados de 1953 Lacerda publicou na Tribuna da Imprensa, jornal concorrente e antivarguista, que o Banco do Brasil financiara, por meio de empréstimos fictícios, o projeto de Wainer de criar o jornal para apoiar o governo³⁵. A descoberta deu a Lacerda elementos para fundamentar sua cruzada contra a honra do presidente, que vinha desde a campanha eleitoral de 1950, tornando crível o “mar de lama” no qual o governo se teria chafurdado, tendo como chefe dos esquemas de corrupção o próprio Vargas. Assis Chateaubriand, dono do império midiático “Diários Associados”, encampou o escândalo, e a disputa aparentemente local entre jornais concorrentes tomou dimensões nacionais, ganhando o apoio dos militares e de estratos majoritários das classes médias urbanas. “Todos os problemas nacionais foram transferidos para o campo moral. E nesse plano, polarizados em termos de mal e de bem absolutos” (Jaguaribe, 1954, p. 150). Vargas passou seus últimos meses de mandato sob intenso tiroteio midiático, com Lacerda e os Diários Associados convocando, diuturnamente, a intervenção militar³⁶. Inquérito Policial Militar concluiu, em tempo recorde, que a guarda pessoal do presidente tramara com seu irmão o assassinato de Lacerda. Como se sabe, Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, confessou ter sido mandante do crime que vitimou o major Rubens Vaz, que fazia a segurança de Lacerda, que saiu do episódio com um ferimento no pé³⁷. Os militares exigiram a renúncia de Vargas

³⁵ Detalhes da disputa entre Assis Chateaubriand e o que ele imaginava fosse um projeto de Vargas de criar conglomerado midiático concorrente aos Diários Associados, que terminou por vitimar Vargas, podem ser encontrados em Morais (1994, p. 549-556).

³⁶ A empresa *Diários Associados* contava, em 1954, com pelo menos 19 jornais, 11 emissoras de rádio, a popularíssima revista *O Cruzeiro* e a TV Tupi, monopolista e que transmitia para Rio de Janeiro e São Paulo. Dados em https://pt.wikipedia.org/wiki/Diários_Associados, acessado em outubro de 2017.

³⁷ Tentativa recente e detalhada de esclarecer o episódio, que levou ao fim do governo Vargas, é Neto (2014, caps. 15 e 16). Mas a literatura sobre isso é imensa.

no dia 23 de agosto de 1954, ao que ele respondeu, na madrugada do dia seguinte, com um tiro no coração.

Hélio Jaguaribe sustenta que o moralismo das classes médias era, no fundo, alienante, já que elas haviam assumido, na esfera pública, a defesa intransigente do fim de um governo democraticamente eleito usando como argumento exclusivo o tema da corrupção, quando o que estava em causa na crise do governo Vargas era, segundo o Autor, a insatisfação das burguesias comercial, industrial e agrária com as políticas de governo, dentre elas as que promoviam o bem estar dos trabalhadores, penalizavam com impostos as classes produtoras, limitavam as remessas de lucros das empresas estrangeiras, tornavam monopólio estatal a exploração do petróleo etc.³⁸. As classes médias teriam agido sem dúvida em nome próprio, já que a inflação que Vargas prometera domar as penalizava, e seu moralismo de fato identificava no governo o mal a se combater (era preciso dizer não ao “mar de lama”). Mas os interesses realmente em jogo, na leitura de Jaguaribe, ultrapassavam em muito a capacidade de compreensão dessas classes, e eles tinham a ver com a dinâmica profunda da disputa pela direção a ser conferida às políticas econômicas do governo. Isto é, diziam respeito à gestão do capitalismo e de regulação do conflito de classe num momento de crise econômica. É como se Jaguaribe dissesse que a tradicional luta fratricida entre frações da burguesia pelas benesses do estado cartorial tivesse sido posta em suspenso diante do objetivo comum de depor um presidente que, imaginavam, se havia tornado impopular e corrupto, e uma vez mais se aproximara perigosamente do comunismo. As burguesias contaram, para isso, com o beneplácito moralista de parte das classes médias urbanas, muito particularmente seus braços midiático e armado.

O suicídio de Vargas abortaria o golpe militar em curso, e mostraria que, contrariamente à leitura superficial da dinâmica política nacional por parte dos estratos golpistas das classes médias, que Jaguaribe identificara, Vargas era muito popular. A comoção social que se seguiu ao seu suicídio obrigou Carlos Lacerda ao exílio, os militares a se recolherem aos quartéis (recolhimento que não foi imediato, já que os militares golpistas tentaram impedir a posse de JK e Jango, que não tinham atingido maioria eleitoral, mas vertente legalista liderada por Henrique Teixeira Lott abortou o golpe militar em novembro de 1955³⁹) e as classes médias a se mirarem no espelho da nacionalidade. E este não era o

³⁸ Nelson Werneck Sodré (2010[1965]) vê aqui a mão dos Estados Unidos, interessados em explorar nossas riquezas minerais e energéticas, particularmente o petróleo.

³⁹ Ver Sodré (2010[1965]) para os detalhes do golpe militar fracassado.

“espelho de Próspero”⁴⁰. O Brasil que foi às ruas prantear Vargas era pobre e vulnerável, antítese do sonho de prosperidade e distinção dos setores médios mais conservadores. E o espectro do presidente morto, estranho à maior parte deles, os assombraria nos anos vindouros.

A dinâmica política do país teve no suicídio de Vargas seu primeiro momento serendípico. O suicídio foi o trágico desenlace da disputa intestina entre elites econômicas e políticas pelo controle do poder de Estado no Brasil republicano. O sistema político do país continuava, em grande medida, dependente de oligarquias solidamente encasteladas no mundo agrário. As elites industriais ainda eram “recessivas”, no sentido de subsidiárias ao segmento que gerava as maiores divisas para o país, a despeito dos grandes esforços industrializantes de Vargas. E o capital comercial, fiel das relações de troca entre o país e o mundo, tinha grande poder desestabilizador da relação entre essas duas forças econômicas. Com a ampliação da participação popular nas eleições (em 1950, 44% da população adulta se inscreveram para votar, embora apenas 31% tenham efetivamente comparecido às urnas⁴¹), os conflitos entre essas elites deixaram de ter em seus interesses econômicos o referente exclusivo da legitimidade de seu controle do aparelho de Estado. O conflito interno às forças capitalistas passou a ter que se haver com o voto popular, e com ele a incerteza dos resultados das disputas eleitorais. Ao apoiar o golpe contra Vargas, as parcelas moralistas das classes médias expuseram sua aversão a essa incerteza, constitutiva da dinâmica democrática.

Dito de outra maneira, e mais enfaticamente: uma crise de regulação do capitalismo, enxergada por segmentos das classes proprietárias como decorrente, dentre outras coisas, da abertura do Estado a políticas redistributivas que penalizavam aquelas classes, e por setores conservadores das classes médias como ameaça à manutenção de seus padrões de vida, expôs a aversão destes últimos a projetos, ainda que tímidos como o foi o varguista, de inclusão e promoção social e econômica dos trabalhadores.

E mais. Os comunistas, que se haviam oposto tenazmente a um governo visto por eles como vendido ao imperialismo americano e às forças feudais do mundo rural brasileiro, deram-se conta da adesão decidida do operariado à utopia varguista de inclusão na dinâmica política e social por meio da “cidadania regulada”⁴². No dia do suicídio, os comunistas se

⁴⁰ A referência aqui é o livro de Richard Morse (1988).

⁴¹ Ver Nicolau (2012, p. 129). O gráfico, bem como o da p. 97 do mesmo livro de Jairo Nicolau, está com as legendas invertidas, o correto é que a linha superior indica os inscritos e a inferior os que compareceram para votar.

⁴² Ver Cardoso (2010), que revê e amplia o conceito de Santos (1979).

tornaram, todos, varguistas, e passaram a defender o legado da Era Vargas daí por diante (Weffort, 1972)⁴³. Além disso, parcelas das elites políticas filiadas ao PSD, ao PTB e a poderosos partidos regionais, como o PSP paulista, se deram conta das políticas protecionistas e nacionalistas de Vargas, e de seu projeto de consolidação do capitalismo no país assentado na burguesia nacional (Benevides, 1989). E o sentimento difuso de deriva das classes médias nesse projeto nacionalista voltado para a burguesia e o operariado ganhou materialidade no espelho das massas nas ruas pranteando Vargas.

Ou seja, ao dar um tiro no peito, Vargas permitiu que viessem à luz as entranhas da luta de classes à brasileira, e nela, o papel dos segmentos mais conservadores das classes médias. Ficava claro que eles haviam edificado sua identidade em duas frentes. Olhando para cima e para os lados, buscaram construir mecanismos de manutenção de seus privilégios e suas posições estatutárias, contando que o desenvolvimento econômico controlado pelas elites capitalistas por elas apoiadas garantisse seu padrão de vida e, a seus filhos, chances reais de mobilidade social. Olhando para baixo, viveram as tensões e o medo da potencial proletarização, medo que era tanto maior quanto menos graduada a posição de classe média, e quanto menos o governo conseguia controlar a inflação. Na oposição a Vargas, as duas frentes identitárias mostraram a ambiguidade e a instrumentalidade de sua relação com a democracia. Sem nenhuma identificação com o poder instituído, e encontrando na corrupção elemento moral que justificasse sua defesa da deposição de Vargas, apostaram na subversão das regras constitucionais, e se perfilaram entre os que apoiaram a deposição do presidente pelos militares.

É difícil, obviamente, construir bases empíricas cabais para essa afirmação. Décio Saes (1984, p. 109-110), por exemplo, está convicto dela, mas não apresenta as evidências empíricas que embasam sua convicção. Seja como for, os elementos aqui expostos sobre comportamento eleitoral e preferências políticas dos estratos de renda, indicadores aproximados de posições de classe, me parecem bastante persuasivos.

O “presidente bossa nova”

O desfecho traumático da campanha moralista de Lacerda, apoiada pela maioria da imprensa e por parcelas expressivas das classes médias, parece não ter abalado seu julgamento sobre o líder tombado, menos ainda sobre seu legado político, ao menos não nos

⁴³ Reis (2007, p. 87) informa que os comunistas apoiaram “ostensivamente” a chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart na eleição de 1955.

centros político (o Rio de Janeiro) e econômico (São Paulo) da nação. Em pesquisa do IBOPE de julho de 1955 sobre a intenção de voto nas eleições previstas para 3 de outubro, Juscelino Kubitschek, que se apresentou como herdeiro do legado varguista (tendo como competidores dois “tenentes”⁴⁴, Juarez Távora e Plínio Salgado, além do ex-governador paulista Adhemar de Barros), tinha meros 10% da preferência dos eleitores das classes A e B do Rio de Janeiro, contra 26,5% de Juarez Távora e 25,4% de Adhemar de Barros (Távora tinha 47% de intenção de voto na classe A). Em São Paulo a penetração de Juscelino na classe B era ainda menor, de 6,5%, contra 37% de Adhemar e 27% de Távora. Na classe A ele perdia até mesmo para Plínio Salgado (7,5% deste contra 5% de Juscelino). Tendência semelhante foi encontrada em Campinas, Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Taubaté e São Carlos, no interior paulista, sendo Adhemar de Barros o mais preferido, com Juscelino obtendo entre 5% e 10% das intenções de voto da classe B, e menos ainda da classe A. Em Curitiba e Porto Alegre ele perdia para Juarez Távora na classe B por 31% a 25% e 35% a 29% respectivamente⁴⁵, e na classe A, por arrasadores 50% a 33%, e 63% a 18% respectivamente⁴⁶. Vale repetir que parte expressiva das classes médias, tal como concebidas neste estudo, estava, de fato, também na classe A de renda das pesquisas do IBOPE⁴⁷. Os resultados oficiais das eleições, como se sabe, apontaram que apenas 13% dos paulistanos e 29% dos cariocas votaram em Juscelino, e além dessas duas, ele perdeu por larga margem também nas outras cidades mencionadas.

A identificação, pelo eleitorado, de Juscelino como herdeiro do projeto varguista, pode ser apreendida pela importante informação de que, entre os que pretendiam votar nele em outubro de 1955 em São Paulo, 75% afirmaram ter votado em Vargas em 1950, mesma proporção encontrada em Curitiba, atingindo espantosos 95% em Porto Alegre. No Rio a proporção foi de 64%, e de 63% em Belo Horizonte⁴⁸. Tudo indica que o espectro de Vargas elegeu Juscelino Kubitschek, o que ajuda a explicar a rejeição da maioria das classes médias

⁴⁴ Nesse momento Juarez Távora já era General e Salgado havia abandonado o exército, por isso as aspas.

⁴⁵ A pesquisa em Porto Alegre é de agosto de 1955.

⁴⁶ A exceção, na pesquisa em tela, foi Belo Horizonte, onde Juscelino, ex-governador do estado de Minas Gerais, tinha mais da metade das intenções de voto em todas as classes de renda, e venceu todos outros candidatos por larga margem de votos. É provável que as cidades de Minas Gerais tenham seguido o padrão de sua capital.

⁴⁷ As classes proprietárias eram amplamente minoritárias no Brasil, e dificilmente figurariam nas pesquisas de opinião. Nas enquetes em questão, na confecção das amostras o IBOPE empregou uma classificação com 5 categorias: A, B1, B2, B3 e C, sendo que os resultados foram apresentados para o agregado da classe B. As pesquisas estão no arquivo “ibope_opp_pe_019_mr_0261” do AEL, iniciando na página 87.

⁴⁸ Idem, ibidem.

a ele nas cidades mais importantes do país, com exceção, obviamente, de Belo Horizonte, onde ele era extremamente popular

Mas, diferentemente de Vargas, oriundo incontestemente, embora trãnsfuga, das oligarquias agrárias, Juscelino era um homem das classes médias urbanas. Nascido em Diamantina, interior de Minas Gerais, filho de pai caixeiro viajante, financiou seus estudos de Medicina em Belo Horizonte com o próprio trabalho e o sacrifício da família. Caso clássico de ascensão social pelo mérito e o apoio familiar. Mas seu trãnsito pela vida política esteve de muitas maneiras associado às elites dominantes. Tendo escolhido a Polícia Militar para seguir a carreira médica, foi nomeado pelo governador (interventor) Benedito Valadares prefeito de Belo Horizonte em 1940, portanto sob o Estado Novo e contando com o beneplácito de Vargas, e daí por diante escolheu a política como destino. Foi eleito deputado federal por duas vezes, e pelo voto chegou ao governo de Minas. Trajetória irrepreensível de um político que poderia eventualmente encarnar os anseios da nação⁴⁹.

Eleito presidente com apenas 35,7% dos votos do país em 1955, tendo perdido para Adhemar de Barros em São Paulo, Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), Paraná, Amazonas e Rondônia, e para Juarez Távora em cinco estados do Nordeste, o início de seu segundo ano de mandato foi marcado por expectativas positivas das classes médias. No Rio, onde fora derrotado na eleição, em janeiro de 1957 40% da classe A e 60% da classe B (percentual semelhante ao da classe C) achavam que o de Juscelino era “um governo dinâmico e [faria] grandes realizações”⁵⁰. A maioria era favorável à mudança da capital para Brasília, projeto modelar do desafio de avançar “50 anos em 5”, mas poucos acreditavam que isso ocorreria ainda no mandato do presidente. Metade ou mais das classes A e B achavam que ele estava governando bem o país. Mas 67% da classe A e 44% da classe B achavam que ele não conseguiria estabilizar o custo de vida⁵¹, flagelo permanente de todas as classes.

Apesar desse “namoro” inicial, o discurso desenvolvimentista e as políticas efetivamente praticadas de abertura ao investimento estrangeiro, que inauguraram o padrão de ordenamento da economia com base no tripé composto pelo capital nacional voltado para a produção de bens salário, o capital estatal destinado à infraestrutura, e o capital estrangeiro dedicado à produção de bens de capital e de consumo durável (Conceição Tavares, 1972), parecem ter demorado a cativar as classes médias. A inflação continuava a fustigar o padrão

⁴⁹ A literatura sobre JK é, obviamente, imensa. Sugiro Benevides (1976), Gomes (1991), Lafer (2002) e Cohen (2005) para abordagens iniciais sobre temas que discutirei aqui.

⁵⁰ A pesquisa está no arquivo “ibope_opp_pe_022_mr_0264” do AEL, pp. 7 e ss.

⁵¹ Idem, p. 22.

de vida de todos, e o sonho do “Brasil grande”, a promessa dos “50 anos em 5”, a construção de Brasília e o efetivo crescimento econômico demoraram a abrir os horizontes de expectativas de boa parte dos segmentos médios, que tinham razões materiais para serem cautelosos quanto ao futuro.

Em agosto de 1957, por exemplo, pesquisa do IBOPE no Rio de Janeiro encontrou que 70% da classe A e 83% da classe B não tinham conseguido fazer nenhum tipo de economia nos seis meses anteriores. Em São Paulo as proporções foram de 79% e 81% respectivamente⁵². Não surpreende que 70% das classes A e B paulistanas considerassem a administração Juscelino, naquele momento, regular ou má, enquanto o governador paulista Jânio Quadros, por exemplo, tinha 56% de “ótima” ou “boa” na classe A (45% na classe B) em São Paulo. No Rio a administração Juscelino era julgada regular ou má por 62% dos cariocas da classe A, e por 51% daqueles da classe B.

Mais ainda, aos paulistas foi perguntado quem tinha sido o melhor presidente, se Vargas, Dutra ou Café Filho. Dutra teve 69% das preferências na classe A e 45% na classe B. E dentre estes, 71% e 78% respectivamente preferiam o governo Dutra ao de Juscelino⁵³. E mesmo os poucos eleitores de Getúlio na classe B o preferiam ao mineiro na proporção de 67% a 3% (19% achavam que ainda era cedo para julgar, proporção que atingiu 42% da classe A). O mesmo padrão se repetiu nas cidades de Ribeirão Preto e Tietê, também incluídas na pesquisa⁵⁴. Por fim, em janeiro de 1958, portanto no início do terceiro ano de mandato de JK, a maioria das classes médias de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador consideravam que “O governo não conseguirá nem manter nem baixar os preços atuais; eles vão subir ainda muito mais”. Setenta por cento ou mais das classes A e B concordavam com essa afirmação (chegando a 100% da classe A em Salvador)⁵⁵.

Esses segmentos das classes médias reticentes quanto ao governo eram bastante avessos à extensão do voto aos analfabetos. No momento da mencionada pesquisa estava em tramitação no Congresso Nacional emenda constitucional proposta pelo deputado Armando Falcão sobre aquela extensão. A UDN de Carlos Lacerda e a maioria dos partidos de oposição

⁵² Idem, p. 535 para o Rio e 553 para São Paulo.

⁵³ Idem, p. 560.

⁵⁴ Essas perguntas foram feitas também no Rio, mas as páginas respectivas não constam do relatório do IBOPE disponível no AEL.

⁵⁵ Weffort (1972), em levantamento que ele mesmo reconhece não ser exaustivo, contou 205 greves ocorridas durante o governo Juscelino, 148 a mais do que no período Vargas. Dasquelas, 47 foram no setor público (federal, estadual ou municipal), quase sempre por aumento de salários. Dez greves ocorreram em segmentos das classes médias do setor privado, como bancários, jornalistas, aeroviários e aeronautas. Dados computados a partir da listagem das greves ao final da tese de Weffort.

ao PSD de Falcão e Juscelino se postaram na trincheira contra a emenda constitucional, assim como o jornal *O GLOBO*, que, embora tenha publicado em suas páginas opiniões contrárias e favoráveis à reforma, com pretensa isenção jornalística, militou intensamente contra ela, porque considerava “evidente que, se aprovada a concessão do direito de voto aos analfabetos, teremos um eleitorado fantasma de milhões de votantes pesando na balança política”⁵⁶.

Em novembro de 1958 o mesmo jornal adiantou os argumentos de um estudo produzido por comissão de juristas do Instituto dos Advogados do Brasil, sob a manchete “O voto analfabeto viria interromper o progresso de nossa legislação eleitoral”. Entre os argumentos transcritos estava o do advogado do IAB Oto Gil:

O analfabeto, não podendo ler o mínimo necessário para formar juízo seguro sobre os problemas que interessam ao país, sobre os problemas dos partidos e diretrizes dos candidatos aos postos eletivos, não está habilitado a fazer uma seleção criteriosa e indispensável⁵⁷.

O Globo não estava sozinho. Na edição de 10/11/1957 a *Folha da Manhã* paulista, em editorial na página 2, considerou insensata a extensão do voto aos analfabetos (o acervo do jornal também está disponível na internet). Já o *Correio da Manhã*, em editorial à p. 6 de 11/05/1956, afirmou que, numa democracia, “não convém escoimar e sim ampliar o número de cidadãos ativos”. Mas em 27/08/1957, em editorial denominado “Censura e voto” publicado na p. 6 em meio ao intenso debate sobre a emenda Falcão, posicionou-se contra, pois o rádio e a televisão estariam sob censura do governo JK, o que impediria que os analfabetos se informassem adequadamente⁵⁸. Vale marcar que o tema não tinha cores partidárias. Em todos os partidos havia pessoas contrárias e favoráveis à extensão do voto aos analfabetos.

Oto Gil e a imprensa escrita expressavam opinião cara a parcelas expressivas das classes médias. Setenta e quatro por cento da classe A e 53% da classe B eram contrários ao voto dos analfabetos em setembro de 1957 no Rio de Janeiro. Na classe B paulistana 69% eram contrários (74% na classe A). Essa opinião elitista e demofóbica, respaldada pelos principais órgãos de imprensa do país, as distinguia de forma clara da classe D, ou “pobre inferior” na definição do IBOPE, a mais numerosa e na qual 37% no Rio e 40% em São Paulo

⁵⁶ Jornal *O Globo*, 03/09/1957, edição matutina, p. 2, disponível no acervo digital do jornal. Nessa edição havia duas opiniões contrárias (do ex-presidente Dutra e de Rodrigo Otávio Filho) e duas favoráveis (de Odilon Andrade, político mineiro, e do jurista Sobral Pinto). Em 05/07/1957 a manchete da página 2 da edição matutina do jornal era “Total condenação ao voto do analfabeto”.

⁵⁷ Jornal *O Globo*, 03/11/1958, edição vespertina, p. 7.

⁵⁸ O acervo do jornal está disponível na página da Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/>).

eram contrários ao voto dos analfabetos⁵⁹. Ainda assim tratava-se de proporções muito altas, se considerarmos que era nessa classe de renda que se encontrava a maioria dos brasileiros sem instrução. Isso pode ser importante indicador de que a visão de mundo dos segmentos mais conservadores das classes médias, diuturnamente bombardeada no rádio, principal meio de informação das classes subalternas, se estava fazendo valer na esfera pública, a ponto de convencer parcelas não negligenciáveis dessas classes de que elas não tinham direito de votar⁶⁰.

Nesse ambiente, o nacionalismo e o desenvolvimentismo, centrais na conformação da ideologia de partes expressivas das esquerdas, como o PSB, o PTB, e mesmo o PSD e porções majoritárias do movimento sindical (Garcia, 2016), não parecia mobilizar da mesma maneira as classes médias. Indicador disso era a atitude de parcelas dessas classes em relação à Petrobras. Pesquisa de janeiro de 1958 em várias capitais perguntou qual deveria ser a política sobre o petróleo no Brasil. Em São Paulo, somente 13% da classe B (e 0% da classe A) achavam que “o petróleo deve continuar a ser explorado apenas pela Petrobras”. Mesmo as classes C e D achavam que ele poderia ser explorado também por empresas privadas brasileiras, junto com a Petrobras (50% e 54% respectivamente). No Rio a exploração exclusiva pela Petrobras era apoiada por 27% da classe A e 22% da B. Em Porto Alegre, 35% e 19% respectivamente. Em Recife, 42% e 31%, e 17% e 47% em Salvador⁶¹. Ou seja, apenas em Salvador a classe B estava majoritariamente ao lado do presidente nesse tema crucial para a identidade de um projeto nacional de desenvolvimento, formulado ainda no governo Vargas⁶².

A construção da nova capital foi a menina dos olhos do governo JK. Prevista em seu Plano de Metas elaborado sob orientação das ideias desenvolvimentistas e nacionalistas da CEPAL e do ISEB, Brasília mobilizou e galvanizou o sonho do Brasil grande, e terminaria por mesmerizar as classes médias do país⁶³. Elas se viram e se reconheceram nesse espelho, e por todo o Brasil, inclusive no Rio, segundo as pesquisas do IBOPE, as classes médias

⁵⁹ Arquivo “ibope_opp_pe_022_mr_0264” do AEL, p. 598 para os dados do Rio e p. 600 para São Paulo.

⁶⁰ A emenda Falcão, de No. 15, não teve sucesso. Em 1961, Fernando Ferrari e outros deputados propuseram a emenda constitucional No. 27 sobre o mesmo tema, também derrotada no Congresso, como o foi o Projeto de Emenda à Constituição No. 3, do general presidente Castelo Branco, que propunha o voto facultativo aos analfabetos. O direito só seria reconhecido por emenda constitucional em 1985 (Nicolau, 2012).

⁶¹ Arquivo “ibope_opp_pe_025_mr_0265” do AEL, pp. 3-7.

⁶² Sobre a Petrobras nesse projeto, consultar o clássico Cohn (1968).

⁶³ Para perspectivas muito distintas sobre a construção de Brasília, ver Moreira (1998), Santos (2002), Ribeiro (2008) e muito particularmente Holston (1989). Mais recentemente, Lynch (2017).

estavam majoritariamente entre os que julgavam que a capital devia se mudar logo para lá. Lynch (2017) mostra, com precisão e elegância, que o projeto de transposição da capital era simplesmente demofóbico, autoritário e oligárquico, deixando claro que JK queria se livrar das pressões dos interesses organizados na complexa Rio de Janeiro de então e, muito particularmente, da herança varguista que a presença incômoda de João Goulart na vice-presidência da República teimava em reiterar. E parcelas majoritárias das classes médias parecem ter apoiado esse movimento. Como mostra a Tabela 1, com exceção de Salvador, nas outras quatro capitais pesquisadas em janeiro de 1958, portanto no início do terceiro ano de mandato de JK, 60% ou mais da classe A e 50% ou mais da classe B eram favoráveis (porcentagens entre parênteses) à mudança da capital para Brasília. As proporções foram muito menores na classe C e, onde a informação foi coletada, na classe D. O apoio ao projeto era claramente enviesado em direção às classes médias em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife.

Tabela 1
Proporção dos que eram contrários e favoráveis (valores entre parênteses) à mudança da capital para Brasília, segundo as classes sociais e algumas capitais. Janeiro de 1958 (em %)

Capital	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
São Paulo	29 (64)	26 (52)	38 (44)	32 (40)
Rio de Janeiro	29 (62)	22 (60)	26 (54)	34 (46)
Porto Alegre	29 (58)	35 (52)	31 (32)	
Salvador	83 (17)	49 (35)	43 (31)	
Recife	25 (75)	39 (59)	45 (36)	

Fonte: IBOPE, arquivo do AEL “ibope_opp_pe_025_mr_0266”, p. 48 e ss.;

Valores entre parênteses somam as proporções dos que concordam que a capital deve mudar imediatamente e dos que acham que a mudança pode ser “sem pressa alguma”.

Obs: Nas três cidades com classe D em branco os resultados são apresentados apenas para três estratos de renda (juntando classes C e D).

Juscelino construiu Brasília com olhos na eleição de 1965, quando pretendia retornar ao poder, e a aposta parece ter sido, desse ponto de vista específico, acertada. Apesar da inflação sempre em alta e da fragilidade fiscal do Estado legada pela aventura planaltina, ele terminaria seu mandato com 70% de avaliações “Ótimo” ou “Bom” na classe B (57% na classe A e 62% na classe C) no estado do Rio de Janeiro⁶⁴. Sua imagem também foi pacificada, e ele deixaria o cargo como o “presidente bossa nova” (Cohen, 2005), movimento musical iniciado ainda em 1959 e que embalaria o final de seu mandato.

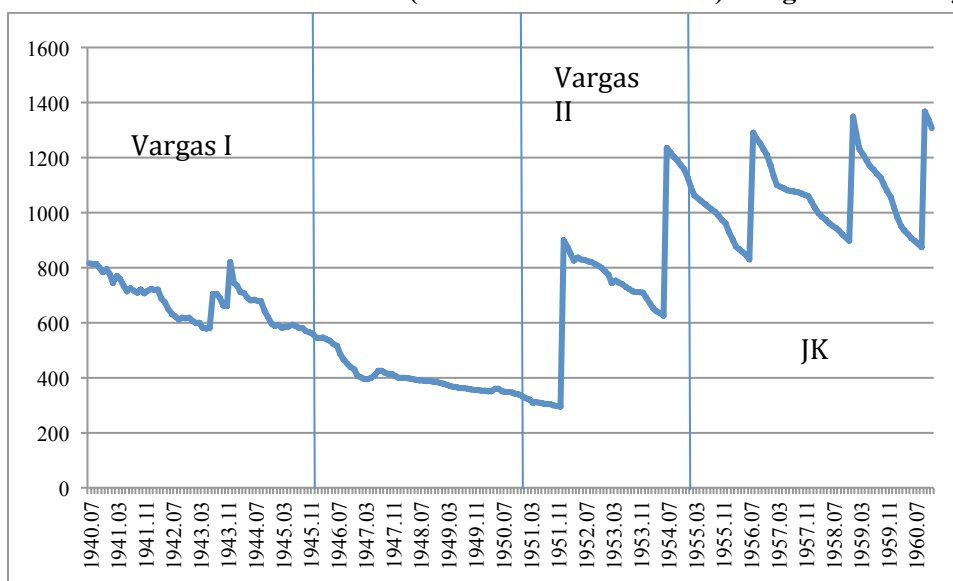
⁶⁴ Arquivo “ibope_opp_pe_032_mr_0270” do AEL, p. 112. A pesquisa é representativa da população do Estado do Rio.

O período JK foi o menos conturbado da República de 1946, que Carone nomeou Quarta República (talvez por ter transcorrido sob a égide da quarta constituição desde 1889). Nela, Benevides (1976) viu “desenvolvimento econômico com estabilidade política”. Parte da estabilidade deve ser creditada ao apaziguamento dos segmentos mais conservadores das classes médias, que se reconheceram na aura de modernidade e progresso que envolveu o projeto desenvolvimentista ambigualmente nacionalista de JK. O projeto era ambíguo porque, a um tempo, promoveu a industrialização acelerada por meio de políticas de atração de investimento direto externo nos setores de bens duráveis (automóveis, linha branca, eletrodomésticos), enquanto o Estado investiu pesado em indústrias de base, sozinho ou em associação com capitais externos, sempre com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) criado por Vargas (Lafer, 2002). Ou seja, o projeto varguista de fortalecimento da indústria para dar ao Brasil autonomia e capacidade de levar adiante por si mesmo a acumulação capitalista, com isso reduzindo nossa dependência externa e fragilidade geopolítica, encontrou em JK tradução jamais pensada por Vargas, já que baseado na forte atração de capital estrangeiro. Ao final do período o Brasil havia mudado substancialmente, com o PIB industrial saindo de 25% do PIB total em 1950 para atingir mais de 33% em 1960 (Cardoso, 2010, p. 254). Com crescimento industrial não igualado até então (ou depois) e taxa média de crescimento do PIB de 8%⁶⁵, criou-se, pela primeira vez, a ilusão de que o país poderia deixar para trás o subdesenvolvimento e promover o bem estar de todos, particularmente das classes médias, sem recorrer a “medidas demagógicas”.

O curioso é que as classes médias aplaudiram o choque de capitalismo promovido por JK, mesmo diante de sua política de manutenção do valor de compra do salário mínimo em patamares historicamente elevados, algo que irritara os militares sob Vargas a ponto de eles conspirarem para um golpe de estado. Em valores de março de 2018, nos cinco anos de mandato de JK o salário mínimo montou, em termos médios reais, a R\$1.058, com picos em agosto de 1956, janeiro de 1959 e outubro de 1960, quando foi reajustado em 50% ou mais (Gráfico 1). A média do mandato esteve bem acima dos R\$670,00 do período 1940-1945 (fim do Estado Novo), e dos R\$630 do período 1951-1954, antes do aumento de 100% concedido por Vargas semanas antes do suicídio. Logo, JK combinou crescimento econômico com valorização do salário mínimo, enquanto acenava às classes médias com o bem estar da sociedade de consumo de produtos *made in Brazil*.

⁶⁵ Estatísticas históricas básicas do país podem ser encontradas no IPEA, por exemplo em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3532/9/cc13_serieshistoricas.xls (acessado em maio de 2018). As de PIB estão na primeira tabela da planilha excel.

Gráfico 1
Evolução mensal do salário mínimo real (em valores de mar/2018) nos governos Vargas e JK



Fonte: IPEADATA

Um dos indicadores da “paz” vigente no período foi o reduzido número de greves. Nos cinco anos do governo JK, Weffort (1972) computou apenas 205 delas, sendo que 2/3 ocorreram nos anos inflacionários de 1959 e 1960. No primeiro ano a inflação chegou a 39%, a maior registrada até então, e de 30% em 1960. A agitação grevista esteve longe de ser desimportante⁶⁶.

Apesar de popular, JK não transferiria votos suficientes para o (não tão claro) herdeiro de seu projeto político, o Marechal Henrique Teixeira Lott, candidato de seu partido. Nem este nem Adhemar de Barros conseguiram fazer frente à avassaladora onda Jânio Quadros, que, como Vargas em 1950, teve perto de 50% dos votos válidos em 1960, tendo sido sufragado por quase seis milhões de eleitores, um recorde até ali.

O moralismo das classes médias em chave popular

Quadros encarnou personagem que, surpreendentemente, apelou aos sentidos das classes médias urbanas. O símbolo de sua campanha foi a vassoura, que varreria a corrupção para o lixo da história do país. Dizia o famoso jingle de propaganda: “Varre, varre, varre, varre vassourinha/ varre, varre a bandalheira/ que o povo já tá cansado/ de sofrer dessa

⁶⁶ Dados sobre inflação em IPEADATA, citado na nota anterior. Para detalhes sobre as greves mais importantes, ver Ioris (2009) e Garcia (2016).

maneira/ Jânio Quadros é a esperança/ desse povo abandonado/ Jânio Quadros é a certeza/ de um Brasil moralizado⁶⁷.

Jânio inaugurou a primeira campanha eleitoral televisiva. O vídeo da propaganda eleitoral, de 21 segundos, tocou no ponto mais sensível dos brasileiros então: o custo de vida. Nele, um casal de classe média reclama, à mesa de refeição, do aumento do preço do leite. O marido encara a câmera e diz: “É, o jeito é votar no Jânio”. A campanha bombardeou sem trégua o jingle nas rádios de todo o país, e secundado pela grande aprovação de sua gestão no governo paulista nos quatro anos anteriores, Jânio atraiu o voto de parte substancial das classes médias, apesar de leituras da época que viam na persona criada pelo candidato uma forma de aproximação com a massa trabalhadora: a caspa falsa nos ternos baratos, os sanduíches de mortadela nos bolsos do paletó, os sapatos Vulcabras de uso popular, os hábitos pretensamente simples como o gosto pela cachaça etc. Ao visar as classes populares, Jânio, com seu discurso moralista, parece ter atingido mais certamente as classes médias.

Nas pesquisas pré-eleitorais do IBOPE em dezenas de cidades do país, Jânio vencia Lott e Barros, quase sempre, em todas as classes de renda. Mas sua vitória era, em geral, bem mais expressiva nas classes A e B. Em Porto Alegre por exemplo, em julho de 1960, 58% da classe A disseram que votariam nele, assim como 41% da classe B, contra apenas 30% da classe C (na qual ele empatava com Adhemar de Barros). Em São Paulo, em agosto do mesmo ano, 60% da classe B e 61% da A pretendiam votar nele, contra 51% da classe C e 49% da D. Em Santos, a intenção de voto era de 75% na classe A e 59% na classe B. A tendência foi a mesma em Campinas, Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto e mais 9 entre as demais 11 cidades do interior paulista pesquisadas: as intenções de voto nas classes A e B suplantavam as da classe C em 20 pontos percentuais ou mais⁶⁸.

Isso não se restringia a São Paulo, onde Jânio fora governador bastante popular. Em Curitiba a diferença nas intenções de voto em favor dele nas classes médias, vis-à-vis as classes mais pobres, era superior a 40 pontos percentuais em junho de 1960⁶⁹. Diferenças de 20 pontos ou mais se repetiram em Juiz de Fora e Uberaba e em várias cidades do interior do Brasil cobertas pelo IBOPE. E também em Salvador (52% na classe A contra 22% na classe D), Recife (64% a 31%) e outras capitais. A cruzada moralista de Jânio pareceu crível a

⁶⁷ O jingle está disponível em vários canais do youtube. Como neste: <https://www.youtube.com/watch?v=Jet9pi5AxyQ>, acessado em setembro de 2017.

⁶⁸ Arquivo “ibope_opp_pe_033_mr_0270” do AEL. A pesquisa em 17 cidades paulistas começa na p. 156.

⁶⁹ Arquivo “ibope_opp_pe_032_mr_0270” do AEL. A pesquisa em 10 estados começa na p. 228, e a intenção de voto em Curitiba está na p. 357.

setores das classes médias, particularmente seus segmentos superiores agregados na classe A de renda do IBOPE, que declararam massivamente intenção de voto nele.

Esses resultados não corroboram a conclusão de Owensby (1999, p. 201) segundo a qual as classes médias tinham, nesse momento da história, “generalizada desafeição pela política”. O fato de os analfabetos, maioria da população, não poderem votar, tornava o voto arma poderosa nas mãos das minorias que participavam do jogo eleitoral e decidiam as eleições. A constituição de 1946 tornara o voto obrigatório (sendo facultativo para donas de casa e vedado aos analfabetos, doentes mentais e detentos, além das posições menos graduadas das forças armadas), e o comparecimento eleitoral em 1960, por exemplo, foi de 18,1% da população total, o mais alto numa eleição presidencial até ali. Os 12,5 milhões de brasileiros que compareceram para votar representavam 81% dos eleitores aptos (pessoas alfabetizadas de 18 anos ou mais), enquanto em 1950, na eleição de Vargas, apenas 69% dos aptos a votar compareceram, e 56,5% na eleição de Juscelino em 1955⁷⁰. Os brasileiros estavam, em 1960, mais engajados eleitoralmente do que nunca, e não era diferente no caso das classes médias.

Além disso, quinze anos passados desde a instituição do sistema partidário de 1945, ele parecia estruturar de maneira coerente as preferências eleitorais dos brasileiros de todas as classes *urbanas*, ao menos nas principais capitais do país, mais frequentemente pesquisadas pelo IBOPE⁷¹. Em maio de 1960 por exemplo, 67% dos homens e 59% das mulheres fluminenses expressaram simpatia por algum dos partidos existentes, uma proporção espantosa⁷². Entre os eleitores da classe A, a proporção foi de 61%, de 62% da classe B e de 66% da classe C. PSD e UDN tinham 43% das preferências da classe A, e a dupla PTB e PSD, que elegera Vargas e Juscelino, era simpática a 45% dos membros da classe B e a 53% dos da classe C⁷³.

São montantes expressivos, sobretudo porque havia clara associação entre a preferência partidária e a intenção de voto. Em pesquisa junto a quase três mil eleitores no

⁷⁰ O dado sobre os inscritos está de IBGE (2003), primeira tabela do item “Representação Política” do CD-ROM da publicação. O dado sobre votantes está em <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1960>, acessado em outubro de 2017.

⁷¹ Conclusão semelhante pode ser encontrada em Lavareda (1991), pioneiro em chamar a atenção para a estruturação do eleitorado em linhas partidárias no período.

⁷² Cabe lembrar a lamentação de C. Wright Mills sobre a apatia da classe média dos Estados Unidos dos anos 1950.

⁷³ Arquivo “ibope_opp_pe_032_mr_0270” do AEL, p. 126. A pesquisa é representativa do Estado do Rio de Janeiro.

Estado da Guanabara em junho de 1960⁷⁴, a maioria dos que preferiam o PTB e o PSD disseram que votariam em Lott, e era residual entre eles a intenção de voto em Jânio Quadros. Enquanto isso, os simpatizantes da UDN pretendiam votar, em sua esmagadora maioria (80%), em Jânio Quadros. É verdade que Jânio não era da UDN, fundara partido próprio para se candidatar, mas foi ungido por ela quando a UDN decidiu não lançar candidato⁷⁵. Note-se que, na mesma pesquisa IBOPE, entre os que não tinham simpatia por partidos, 36% continuavam indecisos, proporção que era de 13% ou menos entre os que preferiam algum partido. Alinhamento partidário a esse nível não é compatível com a imagem de uma classe média apática ou “desafeita” à política. O moralismo de parcelas expressivas dessas classes, na verdade, tornava-as muito ativas na cena eleitoral, talvez para tentar afastar dela o fantasma do “populismo corrupto” representado, em sua avaliação, pela herança varguista.

Vale notar que a adesão também engajada de parcelas importantes (embora minoritárias) dessas classes ao projeto nacionalista e desenvolvimentista representado pela candidatura Lott foi decisiva para os desdobramentos dessa eleição. Seu candidato a vice era João Goulart (Jango), e aos votos recebidos por ele em função de sua chapa com Lott, somaram-se parte dos votos dos eleitores de Adhemar de Barros e também de Jânio, no que na campanha ficou conhecido como voto Jan-Jan. Jango foi eleito vice-presidente com 36% dos votos⁷⁶.

Jânio Quadros, sabe-se, renunciaria oito meses depois de tomar posse, frustrando seu eleitorado tendencialmente de classe média (com exceção de São Paulo, a classe C votou majoritariamente em Lott e Adhemar, segundo as pesquisas do IBOPE) e inaugurando a crise política que desembocaria no golpe militar-civil de 1964⁷⁷.

Parte da crise aberta pela renúncia de Jânio decorreu da circunstância de que sua eleição foi a primeira efetivamente nacional (Lima Jr., 1999). A eleição de 1960 teria inaugurado a necessidade de os candidatos a presidente conquistarem “um eleitorado

⁷⁴ Idem, p. 197 e ss., sendo representativa do Estado da Guanabara.

⁷⁵ Ver Lavareda (1991, p. 137) para a relação entre identificação partidária e voto em 1964 nas principais capitais do país, segundo os estratos de renda.

⁷⁶ Dados calculados a partir de http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13037/dados_estatisticos_vol5.pdf?sequence=5, p. 13, acessado em outubro de 2017. Jango venceu em 18 dos 26 estados e territórios, além de Brasília. Perdeu em estados importantes para a dinâmica política de então, como São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Rio Grande do Sul. Mas venceu em todos os estados do Nordeste exceto Pernambuco.

⁷⁷ Prefiro esta denominação à que se tornou majoritária na literatura mais recente sobre o regime de 1964, que o nomeia civil-militar, para chamar a atenção para a participação da elite oligárquica civil no golpe e na condução do regime. De meu ponto de vista, como veremos no capítulo seguinte, o golpe foi mais militar do que civil, e o regime foi se militarizando com o tempo, como os civis que serviram o (e se serviram do) governo sendo inteiramente submetidos aos comandos militares.

mobilizável mais bem distribuído por estados e regiões” (idem, p. 17). Foi o caso de Jânio, cujos votos se distribuíram de forma homogênea pelo país (idem, p. 18), fato inédito até ali. Como inédito foi o comparecimento eleitoral, como já se disse, o que quer dizer que a campanha efetivamente cativou os eleitores, que depositaram em Jânio esperanças de contenção do custo de vida, combate à corrupção e retomada do crescimento econômico, algumas de suas muitas promessas de campanha. Se a nação ficou assustada com a renúncia, seus eleitores devem ter se sentido, simplesmente, traídos.

Às voltas com o espectro de Vargas

É sabido, e não vou detalhar, que os ministros militares de Jânio Quadros tentaram impedir que Goulart tomasse posse, pois ele representava e reivindicava para si a herança do projeto varguista, varrido do poder em 1954 por uma conspiração militar de fim trágico. Só lhe foi dada posse depois de renhida resistência de Leonel Brizola, apoiado pelo III Exército no Rio Grande do Sul e por forças populares e das classes médias (dentre elas a UNE, analisada no próximo capítulo), e de apressada reforma constitucional que instituiu o parlamentarismo, com isso retirando do presidente o poder de governar. A reforma previa para inícios de 1965 um plebiscito para decidir sobre o sistema de governo, mas Jango conseguiu aprovar no Congresso sua antecipação para janeiro de 1963, quando o parlamentarismo foi derrotado nas urnas.

Não eram apenas os militares que viam em Goulart o herdeiro de Vargas. O voto nele foi, tudo indica, um voto de classe em boa parte do país. A Tabela 27 mostra alguns resultados de pesquisas de intenção de voto do IBOPE, de junho e setembro de 1960, para cidades selecionadas e para o estado da Guanabara. É muito evidente como a intenção de voto no candidato do PTB cresce quanto mais se descende nas classes de renda, e seu maior eleitorado estava nas classes mais pobres. Para o que interessa aqui, parece claro que a maioria das classes médias não pretendia votar em Jango. Tendo preferido outros candidatos a vice, esses segmentos médios não devem ter se sentido representados no presidente que os militares tentaram barrar.

Tabela 2
Intenção de voto em João Goulart, 1960.

Cidade ou Estado	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
São Paulo (set/1960)	13,0	24,0	39,0	40,0
Santos (Jun/60)	11,0	17,0	26,0	
Curitiba (jun/60)	7,5	35,4	57,0	76,7
Feira de Santana (jun/60)	18,0	22,0	35,0	
Itaperuna (jun/60)	23,0	41,0	48,0	
Niterói (jun/60)	7,0	29,0	31,0	44,0
Estado da Guanabara (set/60)	7,0	22,0	28,0	30,0

Fonte: IBOPE, arquivos do AEL “ibope_opp_pe_032_mr_0270”, p. 228 e ss.; “ibope_opp_pe_033_mr_0270”, p. 379 (para São Paulo); e “ibope_opp_pe_034_mr_0270”, p. 76 para Guanabara.

Obs: Nas três cidades com classe D em branco os resultados são apresentados apenas para três estratos de renda.

A subida de João Goulart ao poder foi o segundo momento serendípico da República de 1946 no que respeita ao papel das classes médias em nossa dinâmica política. Em muitos sentidos, é como se os militares e as parcelas das classes médias que os apoiavam estivessem à espreita, vigilantes em relação ao incumbente da vez (Juscelino, Jânio e então Jango) para impedir que ele se desviasse da rota percebida por esses grupos como aceitável ou mesmo necessária para o “progresso da nação”. O espectro de Vargas, que elegera Juscelino mas que parecera definitivamente exorcizado pelo governo ambiguamente nacionalista do mineiro (posto que aberto ao capital estrangeiro, enquanto construía Brasília como o grande símbolo da nacionalidade), estava de volta com Jango. E com ele a polarização entre a herança de Vargas, agora radicalizada, e a oposição a ela, seria levada ao paroxismo.

Em termos muito sumários, o campo da herança varguista, de modo algum unívoco, reivindicava pelo menos três pilares da obra de Vargas: o nacionalismo, expresso na política externa independente, na afirmação dos valores da nacionalidade e na industrialização do Brasil; o correspondente projeto de desenvolvimento autóctone, ou o nacional-desenvolvimentismo; e o liberalismo mitigado, surpreendentemente moderno tendo em vista suas origens autoritárias e corporativistas⁷⁸, que constitucionalizara os direitos sociais e do trabalho e considerava o Estado artífice central do desenvolvimento econômico, conferindo às classes subalternas assento no arranjo social daí resultante, incluindo o direito de voto dos analfabetos e, muito especialmente, a reforma agrária. É bom lembrar que o PTB, fundado por Vargas para, nas palavras dele, “servir de anteparo entre os sindicatos e os comunistas”, como assinalou Benevides (1989, p. 9), defendia *enquanto partido* o direito de voto dos analfabetos,

⁷⁸ Sobre o caráter moderno dos direitos sociais, ver Bobbio (1992, p. 70-73).

ainda que alguns de seus membros fossem contrários. Mas esse não era o caso da reforma agrária, bem mais consensual no partido e na população como um todo, como veremos.

Na literatura tradicional sobre o período, esse projeto ganhou o nome de “populismo”, mas estou de acordo com os que propõem o conceito de *trabalhismo* como mais adequado⁷⁹. Isso porque, neste polo, estavam setores da burguesia industrial, segmentos progressistas das classes médias (incluindo o baixo oficialato militar, intelectuais, estudantes universitários e outros menos visíveis na esfera pública), o operariado fabril e a baixa classe média proletarizada, a emergente liderança camponesa em luta pelos direitos do trabalho e pela “revolução”, parte da imprensa fiel à democracia, como o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil* e o *Última Hora* etc.⁸⁰. O campo do trabalhismo, embalado por uma ideologia que poderíamos denominar *nacional-desenvolvimentismo*⁸¹, era bastante mais heterogêneo do que o denotado pelo conceito de “populismo”, e o PTB (e o PSD em menor medida) era sua expressão partidária mais clara.

No campo oposto, que tampouco era unívoco, estavam as múltiplas formas do liberalismo autoritário, que também conferia papel central ao Estado na condução da modernização, mas não era nacionalista nem desenvolvimentista, e tinha nos subalternos o inimigo a conter. Estavam nessa aliança as burguesias financeira, comercial e agrária, os segmentos reacionários das classes médias, os Diários Associados de Assis Chateaubriand e parte da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo (particularmente *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*), a maioria do alto oficialato militar das três forças armadas, parte das massas empobrecidas do campo e da cidade etc.. Esse polo esteve sempre “em guarda contra o perigo vermelho” (Motta, 2002) e tinha pouco apreço pela democracia. Dentre os partidos políticos nacionais, a UDN era a expressão mais saliente desse núcleo político.

⁷⁹ Sobre o conceito de populismo no Brasil, ver os artigos de Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, e também o de Daniel Aarão Reis em Ferreira (2000). Weffort foi, de longe, o pensador mais importante sobre o tema, e seus muitos artigos publicados a partir de meados dos anos 1960 gravaram fundo no debate sobre o pré-1964 no Brasil a conexão teórica entre o nacionalismo como ideologia e o populismo como prática política de massas. Os principais textos foram reunidos mais tarde em Weffort (1980). Ver ainda Ianni (1971) e Saes (1984). Já o termo trabalhismo como categoria analítica das relações de classe no Brasil foi proposto pela primeira vez por Fausto (1977), a propósito das relações entre sindicatos e partidos no Rio de Janeiro no início do século XX, e ganhou densidade conceitual e inteligibilidade histórica em Gomes (1988). A coletânea de Ferreira (2000) é uma defesa desse legado. Volto a isso em seguida.

⁸⁰ Sobre a imprensa no período, ver Abreu (2006).

⁸¹ Prefiro essa denominação à proposta por Daniel Aarão Reis, “nacional-estatismo” (por exemplo, em Reis, 2014b). O desenvolvimentismo sempre foi “estatista”, no sentido de que viu e vê no Estado agente central do desenvolvimento econômico e da redistribuição de renda.

A polarização entre desenvolvimentistas (mais ou menos autoritários) e liberais (mais ou menos autoritários) se acirraria no decorrer do governo Jango.

Brevíssimo excuro sobre o termo “populismo”.

Mencionei na nota 79 a literatura que julgo mínima, mas fundamental para a constituição do campo de debate sobre o populismo no Brasil. Não vou entrar em detalhes sobre ele aqui. Mas gostaria de marcar minha posição sobre o porquê da eleição do termo “trabalhismo” em lugar da noção tornada quase canônica a partir dos trabalhos de Francisco Weffort e Otávio Ianni sobre a República de 1946. Além do que já está no texto, isto é, a heterogeneidade da composição de classes e interesses do campo trabalhista (que era desenvolvimentista), há razões analíticas mais profundas.

O termo populismo serviu, por décadas, para turvar a compreensão do período. Primeiro, porque “populismo” foi expressão *nativa*, para usar uma fórmula cara à antropologia. Isto é, foi empregado pelos detratores dos “populistas” Vargas, Jango, Arraes, Brizola, à esquerda, e Adhemar de Barros e Jânio Quadros, à direita, num processo típico de estereotipagem e redução do *outro* à condição de menoridade política. Os “populistas” eram trânsfugas de classe, membros das oligarquias dominantes que se teriam desvirtuado do bom caminho ao promover o interesse das classes subalternas às quais não pertenciam, e em relação às quais não deveriam se colocar como porta-vozes ou defensores. Isto é, o termo “populismo” foi mobilizado na luta política nativa, pelos contemporâneos, como denúncia contra traidores de classe, anjos oligarcas caídos, poluídos por sua proximidade com o “povo”. Como tal, o termo era e continua sendo profundamente demofóbico, e parte substancial da literatura sobre a República de 46 que o emprega para caracterizá-la carrega esse ranço.

Em segundo lugar, o termo serviu aos propósitos também da esquerda no pós-1964, na caracterização do processo de abertura do sistema político às classes subalternas como *inautêntico*, e como tal, fadado desde sempre ao fracasso. Além de Weffort e Ianni, Décio Saes (1984), por exemplo, definiu populismo como o processo pelo qual elites oligárquicas no controle do poder de Estado se associaram a parcelas mobilizadas das classes médias (sobretudo militares e intelectuais) para impedir o acesso das classes populares aos sistemas decisórios, com isso garantindo a acumulação capitalista com um mínimo de concessões aos subalternos. O populismo teria sua origem no tenentismo, primeira manifestação desse arranjo, que levou Vargas ao poder em 1930, inaugurando, para Saes, um *Estado populista*. O arranjo teria ruído quando o trabalho organizado e o campesinato pressionaram esse pacto elitista e excludente, exigindo efetiva participação nele. Diante da pressão popular, as elites oligárquicas, em associação com os militares e setores das classes médias urbanas, deitaram fora o oligarca caído, João Goulart, que ameaçava dar passagem às reformas que poderiam de fato promover os interesses subalternos. A tese corre na mesma seara, portanto, da formulada por Weffort (1980), segundo a qual o populismo foi uma forma de manipulação das massas para favorecer os interesses das oligarquias dominantes, só que em versão mais radical ao incluir o próprio Estado como fruto e agente do pacto oligárquico populista. Os mecanismos tradicionais de expressão de interesses dos trabalhadores, isto é, os sindicatos, eram eles mesmos elementos desse pacto, posto que controlados pelo Estado para impedir a livre organização

operária, elemento de potencial desestabilização do equilíbrio oligárquico. Essa foi a essência da crítica de esquerda à experiência de restrita inclusão das massas na dinâmica política da República de 1946. Dizer que foi populista quer dizer que não foi genuinamente popular, nem autônoma, nem autêntica. A adesão das massas aos líderes populistas tinha, segundo essa leitura, algo de irracional e mágico, já que o carisma era elemento central do processo de identificação entre massas e lideranças.

Com isso, os processos de ampliação da participação eleitoral a partir de 1945 e de organização dos trabalhadores nos sindicatos oficiais e fora deles ficou nas sombras, pois, rotulados como elementos do pacto populista, não foram vistos como o que de fato eram: aspectos do restrito, mas persistente processo de democratização do país.

A recusa ao termo populismo denota, por fim, a adesão a uma interpretação mais rigorosa do processo político brasileiro, que, nessa quadra da história, deve ser caracterizado como de lento, mas constante aumento da competição intraoligárquica pelo controle do aparelho de estado, que teve na lenta, mas contínua extensão do sufrágio a parcelas crescentes da população aspecto decisivo. Vimos que, até a eleição de 1934, porção diminuta da população tinha direito a voto, e parcela ainda menor comparecia às eleições, que, ademais, eram sempre fraudadas para favorecer os candidatos previamente ungidos pelas oligarquias agrárias. Nesse ambiente de domínio oligárquico com verniz eleitoral, as classes médias podiam imaginar que detinham poder efetivo de influenciar os rumos da política, já que havia poucos eleitores além de suas hostes. Mas os candidatos não precisavam disputar os votos desses poucos eleitores, já que o resultado das eleições estava dado de antemão. Houve exceções, como a campanha de 1919, na qual Rui Barbosa correu o país como um Don Quixote tentando convencer as classes médias a votar em seu projeto civilizador, que incluía o reconhecimento da “questão social” (Cardoso, 2010). Mas foram exceções. Na Primeira República a competição eleitoral era mero teatro das oligarquias agrárias para entretenimento das classes médias.

Dentre as novidades trazidas pela República de 1946, que Wanderley Guilherme dos Santos (2007) nomeou “oligarquia representativa”, temos o início da ampliação (muito lenta, mas persistente) da participação eleitoral. O direito de voto das mulheres data de 1932, mas só se pôde efetivar para valer nas eleições parlamentares e presidenciais de 1945. Houve ainda o crescimento do operariado e das classes médias baixas ligadas aos serviços do Estado, à administração das empresas e aos serviços privados. E não podemos esquecer a lenta, mas constante redução do analfabetismo, principalmente no mundo urbano. Tudo isso resultou no crescimento constante das pessoas habilitadas a votar, isto é, pessoas alfabetizadas de 18 anos ou mais das quais a legislação excluía praças, cabos e sargentos das forças armadas, detentos e alienados, sendo que lei de 1950 tornou o voto facultativo para as donas de casa. Em 1945 o eleitorado equivalia a 16,2% da população brasileira total. Em 1962 chegara a 25,2% (Santos, 2007, p. 56).

Santos coloca a população total no denominador da taxa de inclusão eleitoral, útil para comparações internacionais, já que é nessa forma que ele encontrou dados disponíveis para um número substancial de países. Contudo, para o que me interessa aqui, o cálculo de Santos requer alguma precisão. Do ponto de vista das elites em disputa pelo voto, menos do que a população total, interessava a proporção de eleitores entre os efetivamente aptos a votar, isto é, a população adulta alfabetizada, que compunha o eleitorado potencial segundo a legislação

então vigente. A estimativa do IBGE para a população total em 1945 era de 46.2 milhões de pessoas⁸². Em 1940 a população de 18 anos ou mais chegava a 21 milhões (50,7% do total), o que permite projetar a população adulta a algo em torno de 23.4 milhões em 1945, aplicando a ela a mesma taxa de crescimento da população total. Além disso, em 1940 os alfabetizados eram 44% da população adulta, ou 9.1 milhões de pessoas. Aplicando a esse montante a taxa de crescimento de 2,5%, levando a taxa a 46,5% em 1945⁸³, chega-se a um eleitorado potencial de perto de 10.9 milhões de pessoas. Como o eleitorado real foi de 7.4 milhões de pessoas em 1945, temos que os eleitores efetivos foram 68% do eleitorado potencial⁸⁴. Fazendo-se o mesmo exercício para 1960, chega-se a 73% de eleitores efetivos⁸⁵. Note-se que não estou falando dos eleitores que compareceram para votar, mas dos eleitores inscritos. A taxa de comparecimento foi sempre menor do que o número de inscritos (Nicolau, 2012, p. 97)⁸⁶. Ainda assim, Limongi, Cheibub e Figueiredo (2015, p. 38) informam que “as taxas de comparecimento registradas no Brasil não diferem significativamente das verificadas nos demais países democráticos que adotam o voto obrigatório”. A inscrição eleitoral não quer dizer, necessariamente, expressão de desejo de participar das eleições, isto é, pode não expressar demanda real por representação por parte da população. Na interpretação de Limongi (2015b, p. 382), governo e oposição “fizeram” seus eleitores em 1945 e novamente em 1950, isto é, cada partido “buscou usar os meios à sua disposição para filiar o maior número de adeptos e, dessa forma, vencer as eleições. As incertezas quanto aos resultados do pleito alimentaram a mobilização dos eleitores”. Os gráficos reproduzidos na p. 385 do artigo citado parecem não deixar dúvidas sobre o intenso alistamento eleitoral ocorrendo às vésperas das eleições. Em 1950, quando Vargas foi eleito, o alistamento montou a 2.6 milhões de pessoas, quando a média dos anos não eleitorais anteriores ficou sempre abaixo de 500 mil, e abaixo de 200 mil em 1951 e 1952. Há importantes evidências de que os partidos se mobilizavam intensamente para alistar seus eleitores, e vencer as eleições era função do número de eleitores por eles alistados e levados à votação no dia das eleições, em geral com as cédulas já preenchidas fornecidas pelos próprios partidos. Além disso, os partidos controlavam a competição eleitoral por meio da oferta controlada e restrita de candidatos aos cargos eletivos, principalmente no caso da Câmara Federal (Santos, 2007).

⁸² Todos os cálculos a seguir, exceto quando indicado, foram feitos a partir das tabelas de população encontráveis no CD-ROM de IBGE (2003).

⁸³ Apliquei aqui a metade da taxa de crescimento do total de alfabetizados entre 1940 e 1950.

⁸⁴ Usando dados do TSE, Limongi (2015b, p. 380) oferece a cifra de 9.1 milhões de eleitores potenciais, com os 7.4 milhões de inscritos compondo 80,9% daqueles. Mas o dado do TSE refere-se ao Censo Demográfico de 1940, sem o ajuste que proponho aqui. Considero meus dados são mais rentes aos fatos.

⁸⁵ Os cálculos foram feitos a partir do censo demográfico de 1960, <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=768&view=detalhes>, p. 16 (acessado em maio de 2018), de onde extraí a população adulta alfabetizada; do Repositório de Dados Eleitorais do TSE, de onde extraí os votos dados aos 3 candidatos à presidência (Jânio Quadros, Henrique T. Lott e Adhemar de Barros); e do Almanaque de Dados Eleitorais, produzido por Wanderley Guilherme dos Santos e armazenado pelo Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), do IESP-UERJ, disponível em <http://necon.iesp.uerj.br/index.php/almanaque-de-dados-eleitorais/> (acessado em maio de 2018), de onde extraí os dados sobre abstenções.

⁸⁶ Jairo Nicolau usa a população adulta no denominador de seus cálculos, o que tampouco é adequado ao argumento desenvolvido aqui.

Vale assinalar, porém, que essa era a realidade, sobretudo, do mundo agrário. No mundo urbano, que em 1945 acolhia 33% da população total e 27% dos eleitores inscritos⁸⁷, o alistamento era menos controlado, tendo em vista a fragmentação da experiência urbana no imenso território nacional. É verdade que parte da inscrição eleitoral ocorrida em 1945 foi *ex officio*, quer dizer, o Estado alistou eleitores a partir de registros administrativos próprios e recolhidos nas empresas e nos sindicatos, o que deu margem a fraudes e inscrição de analfabetos e estrangeiros, queixa persistente da UDN, partido de oposição que teria sido prejudicado, já que o alistamento teria favorecido os candidatos do governo (Limongi, Cheibub e Figueiredo, 2015, pp. 31-33). As maiores proporções de alistamento por esse método ocorreram nas capitais. Nelas, 47% das inscrições eleitorais foram *ex officio* (chegando a 54% no Rio de Janeiro), contra 11,1% no interior do país (Limongi, 2015b, p. 379).

Contudo, embora alistados de forma involuntária em grande proporção, os eleitores compareceram para votar, como expressam as altas taxas de comparecimento reproduzidas mais acima. Logo, não importa o modo como os partidos ou o Estado “faziam” seus eleitores⁸⁸, o que importa é que *a partir de 1945 passou a haver competição pelo voto*, algo inexistente até então. Os partidos não precisavam cativar seus eleitores, ou ao menos parte substancial deles (as classes médias e o operariado mais mobilizado provavelmente votavam voluntariamente), já que os alistavam e os muniam de cédulas eleitorais e, no campo, de condução até o local de votação. Mas os partidos competiam entre si para maximizar o alistamento, e os que mais alistavam eram os que se saíam melhor nos pleitos, como mostrou Fernando Limongi.

A expansão do eleitorado ocorreu in tandem com o progresso do letramento na população, progresso lento mas persistente, como se tenta chamar a atenção aqui. E o crescimento foi maior no eleitorado urbano. No pleito de 1950 o alistamento *ex officio* foi abolido, aumentando os custos de “fazer eleitores” pelos partidos, particularmente no mundo urbano. Com isso, o controle dos partidos sobre o voto dos cidadãos tendeu a se reduzir, e o sucesso ou fracasso das carreiras políticas assentadas no voto do eleitorado urbano, menos sujeito às fraudes de todo tipo que sustentavam as carreiras das oligarquias agrárias, passou a ser função também, da capacidade de os candidatos cativarem o eleitor.

Nesse quadro, os famigerados (pelos contemporâneos) “populistas” nada mais eram do que as lideranças políticas cuja clientela eleitoral já não se restringia aos segmentos tradicionais de sustentação do jogo oligárquico, isto é, as classes médias tradicionais e as bases agrárias que haviam sustentado o teatro eleitoral anterior e continuavam sustentando o arremedo de competição eleitoral no mundo rural, no qual os partidos controlavam inteiramente a vontade popular (Limongi, 2015b), além de controlar e manter restrita a oferta de candidatos. Populistas eram os políticos que responderam positiva e ativamente à demanda por representação

⁸⁷ Ver Limongi (2015b, p. 379). O autor cita as cifras de urbanização de Kinzo, 1980, mas elas estão equivocadas. Pelo censo demográfico de 1940, eram 31% os brasileiros residentes nas cidades e não 15,1%, como aparece na p. 382 do artigo em tela.

⁸⁸ Nicolau (2012, p. 96) mostrou que a taxa de inscritos sobre a população adulta caiu 9 pontos percentuais entre 1954 e 1958, em razão do recadastramento eleitoral realizado a partir de 1956. Além disso, até 1955 não havia cédula oficial de votação. O eleitor levava consigo a cédula eleitoral já preenchida e a colocava num envelope oficial, que era depositado na urna. O autor sustenta que as eleições foram mais limpas na segunda década da República de 46 (p. 102-103), mas não oferece evidências. Ver ainda Limongi (2015b).

das novas camadas da população incorporadas à dinâmica eleitoral, compostas, em sua imensa maioria, pelos trabalhadores urbanos. E essa resposta foi lida, nos anos 1950, como obra de “demagogos”, e no final da década e nos anos 1960, de populistas. A grande novidade da campanha de Jânio Quadros à presidência foi, justamente, a de competir de forma aberta pelo voto dos eleitores urbanos não controlados pelas máquinas partidárias, permitindo que ele fosse sufragado em todo o país, como mostrou Lima Jr. (1999). E ele concorreu por um pequeno partido, ou por fora das máquinas partidárias tradicionais (UDN, PSD, PTB e PSP, este último forte apenas em São Paulo).

O termo, pois, serviu para demonizar o processo de incorporação eleitoral dos trabalhadores urbanos por elites de extração oligárquica que, precisando competir por esses eleitores, acenaram e, quando eleitas, efetivaram políticas que tiveram como lastro o reconhecimento da questão social e do direito dos trabalhadores à cidadania social, ainda que isso tenha sido feito sob o jugo de uma legislação sindical que manteve o controle sobre outras dimensões da organização dos trabalhadores, caso dos sindicatos atrelados ao Estado⁸⁹.

A proscricção do PCB em 1947 pode ter impedido eventual processo de construção, de baixo para cima, de lideranças políticas de extração operária e da baixa classe média assalariada, sindicalmente bastante mobilizada⁹⁰, mas isso jamais saberemos. Não é desprezível que um partido proscrito desde sua fundação, tenha conseguido conquistar 10% das cadeiras no Congresso que escreveu a constituição de 1946. O potencial de crescimento do partido, caso se pudesse organizar nas fábricas, era provavelmente alto. Sem um partido com lideranças de origem popular, a possibilidade de representação dos interesses das massas urbanas emergentes repousava nas elites oligárquicas em disputa pelos votos existentes. Os partidos tradicionais tinham rígidos controles sobre a seleção dos que competiriam na cena eleitoral cada vez mais renhida. Isso limitou, e mesmo impediu que a demanda por representação pelos recém-incorporados ao processo eleitoral tivesse resposta simétrica na oferta de candidatos, que continuou sob férreo controle das cúpulas partidárias nas diversas instâncias representativas dos três entes federativos. O arranjo foi flexibilizado nas eleições de 1962, mas ainda assim a competitividade para a câmara federal foi muito baixa (Santos, 2007).

Chamar de populismo esse processo, significando manipulação das massas por lideranças comprometidas com os interesses dominantes é perder o essencial do que estava em jogo: a lenta, mas persistente abertura da dinâmica política pela competição eleitoral, numa situação em que a expressão dos interesses dos trabalhadores pelo movimento sindical também se tornava cada vez mais aberta e competitiva por sua vez⁹¹.

⁸⁹ Sobre o caráter demofóbico da legislação trabalhista legada por Vargas, em razão dos controles autoritários sobre a organização sindical, ver Englander (2018).

⁹⁰ Os bancários estiveram entre as categorias que mais fizeram greves na República de 1946.

⁹¹ Santana (2001) mostra como os comunistas passaram a competir pelas direções dos sindicatos oficiais a partir de 1952 e, mais intensamente, depois da Declaração de Março de 1958. Em Cardoso (2016, cap. 3) chamo a atenção para a importância do fim do atestado de ideologia em 1952 para o aumento da competição no campo sindical, fato pouco atentado pela literatura.

Embora tenha vencido sua primeira refrega no Congresso ao derrotar o parlamentarismo, Jango praticamente não conseguiria governar⁹². Embora Ferreira e Gomes (2014) procurem contestar a tese de Wanderley G. Santos de que seu governo viveu processo típico de *paralisia decisória*, o argumento não é convincente. Boa parte do que Jango conseguiu “aprovar” no Congresso foram decretos presidenciais (e mesmo assim, em alguns casos ele precisou voltar atrás), não projetos de lei. Temas importantes como a regulação da remessa de lucros, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o décimo terceiro salário para os trabalhadores do setor privado, a criação da Eletrobras e a constituição da SUDENE e da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), são todos de 1962 (*idem*, pp. 124-25), portanto sob o parlamentarismo. Logo, sob o governo dos primeiros ministros Tancredo Neves (até junho), Brochado da Rocha e, por fim, Hermes de Lima, ainda que este último fosse apenas uma peça na transição para o presidencialismo. Os próprios autores, quando tratam de medidas aprovadas em 1961, as veem como políticas de Tancredo Neves (por exemplo, p. 92). Mas o que foi aprovado em 1962 é tratado como de Jango, o que é inconsistente com a análise anterior. E eles mesmos admitem que o governo Jango começou, na verdade, em janeiro de 1963, com o plebiscito que derrotou o parlamentarismo. O único projeto realmente importante de autoria do governo aprovado no Congresso foi o Estatuto do Trabalhador Rural, de março de 1963, que estendeu a CLT ao campo. Foi sem dúvida um grande feito, já que nem mesmo Vargas havia conseguido vencer as resistências do parlamento, dominado por oligarquias agrárias, à extensão dos direitos do trabalho aos assalariados rurais, e o Estatuto permitiu o surgimento de centenas de sindicatos no campo (Stein, 2008). Nesse momento, como reconhecem Ferreira e Gomes, o parlamento ainda estava em paz com o presidente, que recebera avassaladora votação na rejeição ao parlamentarismo e era bastante popular, como veremos. Mas isso durou pouco.

O projeto do governo Jango era ambicioso, a linha mestra consistindo nas estruturais “reformas de base”, conjunto de políticas que compunha uma espécie de espírito de época, estando na agenda do país desde os anos 1950 e tendo sido encampado pelo PTB em seu programa partidário em 1958 (Delgado, 2011 xxx página). Elas incluíam as reformas bancária, fiscal, universitária, administrativa, urbana e, muito especialmente, a reforma

⁹² A literatura sobre o governo Jango é também imensa. Ver os clássicos Bandeira (2001[1978]), Santos (2003), que retoma sua tese de doutorado e estudos dos anos 1960 e inícios da década de 1970, Dreyfus (1987) e Soares (1973). Este último foi reeditado em 2001 com o nome de *A democracia interrompida*, e teve todos os seus capítulos reescritos pelo autor, mantendo, porém, a essência dos argumentos. Mais recentemente, merecem menção a biografia de Jango por Ferreira (2011) e o importante estudo de Ferreira e Gomes (2014).

agrária, projeto dos tenentes e da Revolução de 1930 sempre frustrado pelo poder das oligarquias rurais. Estava no horizonte, ainda, limitar o investimento estrangeiro no país e ampliar a intervenção do estado na economia. E estender o direito de voto aos analfabetos e às baixas patentes militares (como marinheiros e sargentos).

A ambição do projeto, como ficou claro depois, não era compatível com a configuração institucional da luta política no país. Como mostrou cabalmente Santos (2003), em 1963 Jango não teve base de sustentação no Congresso para tocar as reformas, muitas delas exigindo mudar a Constituição. Ademais, e como mostrou Bandeira (2001[1978]), seu governo foi sabotado desde o início pela CIA e pelo governo dos Estados Unidos, que, em momento de grande acirramento da guerra fria em razão da crise dos mísseis de Cuba e da iminência da terceira guerra mundial, passaram a ver nele um agente do comunismo internacional. Jango fora bem recebido pelo presidente John F. Kennedy em 1962, que, depois de longas conversas e de afirmar que Brasil e Estados Unidos já não tinham “desentendimentos”, despediu-se chamando-o de seu “grande amigo”. (Ferreira e Gomes, 2014, p. 99). Contudo, com a evolução da crise de Cuba e a reiteração da posição de não alinhamento do Brasil, diante de insistentes pedidos e ameaças do governo norte-americano, Kennedy voltou-se violentamente contra Goulart (Dreyfus, 1987). Além da CIA Jango tinha contra ele os poderosos Diários Associados e sua influente revista *O Cruzeiro*⁹³, os principais jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro e boa parte da imprensa do país (Morais, 1994⁹⁴) e, obviamente, os militares e os setores mais conservadores das classes médias.

Esses setores tinham, de seu enviesado ponto de vista, motivos para alarme. Embora governasse em estreita conexão com as principais lideranças sindicais, o governo Jango foi sacodido por inúmeros movimentos grevistas e por grande resistência social ao Plano Trienal formulado por San Tiago Dantas e Celso Furtado em 1963, que desvalorizou o câmbio e, dentre muitas outras medidas de austeridade fiscal, previa a contenção dos salários e a redução dos gastos com a máquina pública. Jango não resistiu à pressão das ruas e de seus aliados à esquerda, que viram no plano uma concessão inaceitável ao “grande capital”, já que punia os trabalhadores num momento de escalada inflacionária. Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, qualificou o plano como “antipopular, antinacional e pró-imperialista”. O

⁹³ Em pesquisa IBOPE de 1961 em São Paulo, 46% da classe A de renda e 53% da classe B declararam ler a revista regularmente. Na classe C a proporção foi de 44%, e 19% na D xxx encontrar o arquivo xxx.

⁹⁴ Com exceção dos órgãos de imprensa mais conservadores (como o *Estado de S. Paulo*, os Diários Associados, *O Globo* e outros), a imprensa “esperou para ver” onde Jango estava disposto a levar o país. Isso vale para veículos importantes como o *Jornal do Brasil*, o muito lido e respeitado *Correio da Manhã* e, em menor medida, *Folha de S. Paulo* e *Última Hora*. Ver Abreu (2006), Ferreira e Gomes (2014).

presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brant, condenou o que via como um plano que servia “aos interesses dos monopólios estrangeiros” (Ferreira e Gomes, 2014, p. 153).

A inflação terminaria 1963 em quase 80% (Munhoz, 1997, p. 61). Em menos de quatro meses o presidente abandonaria as diretrizes mestras do Plano, cedendo tanto ao funcionalismo, com aumentos salariais importantes, quanto aos empresários que demandavam aumento de preços controlados pelo governo (caso da CSN) e crédito para o consumidor (caso das montadoras de automóveis)⁹⁵.

E as greves marcaram profundamente a conjuntura. O já mencionado levantamento feito por Weffort (1972) computou 205 delas nos cinco anos de Juscelino, enquanto nos três anos de Goulart (excluindo-se 1964) foram encontradas 437 ocorrências, mais de 300 delas apenas em 1963⁹⁶. Destas, 50% ou mais ocorreram em redutos das classes médias urbanas, como administração pública, bancos e empresas estatais (idem, p. IV.33), a maioria por aumentos de salários.

Em julho de 1963, portanto seis meses após o plebiscito que restituíra a Goulart o poder de governar, o IBOPE fez extensa enquete em quinze cidades de nove estados do país inquirindo sobre a agenda de reformas do governo. A pesquisa mereceria um tratamento mais minucioso do que é possível aqui, pois ela denota as ambiguidades das atitudes das classes médias em relação ao projeto que elas própria nomeavam “populista” e, mesmo, “vermelho”. Mas procurarei tocar em alguns pontos centrais. Vale insistir, aqui, na limitação desses dados como refletindo as posições dos muitos segmento das classes médias, já que o IBOPE utilizava, em 1963, exclusivamente o critério de renda para estratificar a população pesquisada. O que se segue deve ser lido como possíveis posições de setores das classes médias, tal como sociologicamente definidas, abrigadas nos estratos superiores de renda.

A agrária era, de longe, a principal reforma de base nos horizontes do governo Jango. Tinha potencial para incendiar o mundo agrário já bastante mobilizado em 1963⁹⁷, sendo motivo de intensa oposição das oligarquias rurais ainda fortemente representadas no Congresso Nacional, da imprensa em geral e de parte das classes médias. Mas contrariamente ao que seria de se esperar, tendo em vista o comportamento eleitoral dessas classes, que não sufragaram Jango, elas parecem ter se posicionado, em sua maioria, favoravelmente a essa

⁹⁵ Ver Ferreira e Gomes (2014, p. 159).

⁹⁶ Payne (1994, p. 34) oferece números diferentes, 154 greves em 1962 e 302 em 1963, totalizando 457 greves apenas nesses dois anos. De todo modo, está clara a escalada do movimento grevista em 1963.

⁹⁷ O mundo agrário se juntara às mobilizações grevistas de 1963, com destaque para Pernambuco (Sigaud, 1979; Stein, 2008). Sobre as mobilizações das Ligas Camponesas, ver Bastos (1984).

explosiva política pública, embora não sem ambiguidade. A pesquisa em questão encontrou que, de metade a dois terços (em alguns casos superando os 70%) das classes A e B (no relatório da pesquisa as duas classes aparecem somadas), eram favoráveis à reforma agrária. E desse total, dois terços ou mais consideravam que ela era urgente⁹⁸. Trata-se eleitores das classes médias *urbanas*, objeto das pesquisas de opinião do IBOPE.

O ponto essencial aqui, contudo, é que o apoio à reforma agrária era ambíguo, pois não significava apoio a aspecto central da política proposta, qual seja, a mudança da Constituição para permitir ao Estado pagar as terras desapropriadas com títulos públicos. A carta de 1946 determinava, em seu artigo 141, que qualquer desapropriação deveria ser feita “mediante prévia e justa indenização em dinheiro”⁹⁹. Isso limitava sobremaneira o escopo de qualquer reforma, já que um dos principais problemas do governo Jango era a sempre presente crise fiscal do Estado, agravada pelas muitas políticas desenvolvimentistas de JK, incluindo a construção de Brasília. Pois 40% ou mais das classes A e B se posicionaram a favor do pagamento das desapropriações de terra em dinheiro, sendo que, na maioria das cidades pesquisadas, a proporção dos que não tinham opinião era maior do que a dos que concordavam com a proposta governista, de pagamento com títulos públicos. Logo, apoiar a reforma agrária não significava apoiar o mecanismo proposto para efetivá-la. A reforma agrária era considerada necessária e urgente pela maioria das classes médias, desde que respeitasse não apenas o direito de propriedade, mas que tratasse a terra *como uma mercadoria*, um bem líquido que o empresariado agrário pudesse transacionar no mercado à sua discrição.

Ora, os altíssimos índices de concentração fundiária do país, pelos quais 1,4% dos imóveis rurais respondiam por pelo menos 46% da área ocupada¹⁰⁰, sugerem que a grande propriedade, o latifúndio improdutivo visado por Jango, não estava à venda. Era, em si mesmo, a fonte do poder dos donos de terra que, ao exigir pagamento em dinheiro, sabiam que tornariam inexecutável a compra pelo Estado em crise fiscal. Ao apoiar a compra em dinheiro, a maioria das classes médias, no fundo, acabava defendendo os interesses dos segmentos contrários à reforma. Não deixa de ser irônico que uma das primeiras medidas do governo Castelo Branco tenha sido a emenda constitucional No. 10, regulamentando a

⁹⁸ A pesquisa está no arquivo “ibope_opp_pe_053_mr_0275” do AEL.

⁹⁹ Constituição Federal de 1946, Cap. II, § 16, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html> (acessado em outubro de 2017).

¹⁰⁰ O dado é de 1967. Ver Silva (1978, p. 41).

reforma agrária, que permitia indenizações com títulos públicos no caso dos latifúndios sem benfeitorias. Medida inócua, claro, a radicalização da ditadura impediria a efetividade da nova norma constitucional, como veremos.

O governo Jango pretendia, ainda, estatizar os serviços de utilidade pública (luz, gás, telefone, transporte público), e nisso ele parecia ter o apoio de todas as classes, incluindo as classes médias. Nas mesmas quinze cidades pesquisadas em julho de 1963, diante da pergunta se as empresas que prestam serviços públicos deviam ser estatais ou poderiam ser particulares, 45% ou mais das classes médias e superiores de renda (chegando a 61% na Guanabara), e 50% ou mais das classes C e D (chegando a 68% na classe C da Guanabara) achavam que elas deveriam ser estatais¹⁰¹.

Contudo, a intenção de Jango de estender aos analfabetos o direito de votar contribuiu para manter longe dele parcelas expressivas dos setores médios da nação. O jornal *O Globo*, que estivera na trincheira contra a medida desde sua primeira manifestação em 1957, com a emenda Falcão, voltou à carga na edição de 17 de janeiro de 1964, transcrevendo um protesto de Elmano Cardim, membro da Academia Brasileira de Letras, contra o projeto do governo concedendo aquele direito. Na manchete da página 2 da edição matutina lia-se: “O que ao estado cumpre não é fazer do analfabeto um eleitor, mas dar-lhe os meios para deixar de ser analfabeto”, mesmo argumento de Carlos Lacerda durante a polêmica de 1957. O acadêmico protestava porque achava que o analfabeto tinha o direito de sair “das trevas da ignorância”, e considerava criminosa a “evasão do estado” do dever de alfabetizar a população. O direito de voto seria um “prêmio ao analfabetismo”¹⁰². É provável que boa parte das classes médias, tal como em 1957, continuasse contrária ao voto dessas pessoas, sobretudo porque o argumento do dever do Estado de alfabetizar a população se difundira no debate público. Às portas do golpe militar-civil (entre 20 e 30 de março), pesquisa do IBOPE em São Paulo encontrou que 55% das classes A/B (somadas no relatório da pesquisa) eram contrários ao voto dos analfabetos. Em junho de 1964, pesquisa do mesmo instituto no estado da Guanabara encontrou que 57% das mesmas classes eram contrários, embora 78% fossem favoráveis ao voto dos sargentos, como queria Jango¹⁰³.

Mas em pelo menos dois temas centrais do projeto de reformas do governo Jango havia nítido apoio de parcela expressiva das classes médias urbanas. Isso explica, ao menos

¹⁰¹ A pesquisa está no arquivo “ibope_opp_pe_053_mr_0275” do AEL.

¹⁰² Jornal *O Globo* de 17 de janeiro de 1964, edição matutina, p. 2.

¹⁰³ As pesquisas estão no arquivo “ibope_opp_pe_061_mr_0277” do AEL.

em parte, o fato de que sua administração tenha sido julgada, majoritariamente, como de “regular” para “boa” por parcelas majoritárias das classes médias na mesma pesquisa do IBOPE. A intensa crise do ano de 1963, com aumento de inflação, grande onda grevista, bombardeio diuturno da imprensa contra as reformas de base, denúncias de que Jango pretendia fundar aqui uma “república sindicalista” em aliança com Juan Domingo Perón, tudo isso afetou a avaliação do governo, mas não a ponto de as classes médias julgarem-no inteiramente mal.

Se isso é plausível tendo em vista o retrato parcial proporcionado pelas pesquisas (repita-se, restritas quase sempre às capitais dos estados, vez por outra incluindo o interior dos estados mais abastados), boa parte das classes médias parecia não o querer no poder. Perguntadas se votariam em João Goulart se ele pudesse se candidatar à presidência, em apenas três de quinze cidades pesquisadas pelo IBOPE em julho de 1963 o presidente atingiu 45% ou mais das intenções de voto das classes A e B. Nas demais cidades a proporção que votaria nele era igual ou inferior a um terço, sendo que na maioria era inferior a um quarto. Note-se, pela Tabela 3, a clara dimensão de classe da aprovação do presidente, se considerarmos que a intenção de votar nele era medida mais apropriada de aprovação/desaprovação do que o mero julgamento de ser o governo considerado bom ou mal. Na classe D, a mais pobre, com três exceções, ele teria votos suficientes para vencer essa eleição fictícia. Em Belém e Belo Horizonte ele foi mal avaliado por todas as classes, inclusive a mais pobre, enquanto em Caxias do Sul a quebra na dimensão de classe da intenção de voto decorre da grande proporção de pessoas da classe D que se disseram indecisas. Nos demais casos, quanto mais pobre a classe, maior a proporção dos que votariam em Jango se ele pudesse se candidatar, chegando a 71% na classe D de Porto Alegre. João Goulart tinha clara aprovação dos mais pobres, e forte rejeição das classes médias nos principais centros urbanos, com exceção de Porto Alegre.

Tabela 3
Proporção que votaria em Goulart se ele pudesse se candidatar a presidente, em cada estrato de renda das cidades pesquisadas em julho de 1963 (em %)

Cidade	Classe		
	A/B	C	D
Porto Alegre	49	63	71
Vitória da Conquista	46	71	63
Caxias do Sul	45	51	26
Curitiba	33	57	64
Salvador	30	40	56
São Paulo	28	33	41
Fortaleza	23	32	39
Guanabara	23	41	46
Belo Horizonte	22	28	31
Recife	22	35	57
Ribeirão Preto	19	42	44
Niterói	16	32	39
Belém	15	27	28
Uberaba	15	36	40
Juiz de Fora	11	35	50

Fonte: Arquivo IBOPE “ibope_opp_pe_053_mr_0275” do AEL.

Jango, como se sabe, não conseguiria aprovar reforma alguma. O Congresso encontrava-se prisioneiro de radicalizada polarização, da fragmentação dos recursos de poder, da instabilidade das coalisões partidárias, de poderosas coalizões de veto das forças cujos interesses seriam contrariados pelas reformas, resultando no que Santos (2003) denominou “paralisia decisória”. Tendo o Congresso e os interesses econômicos contra si, Jango foi às massas em busca de apoio às reformas. Encontrou guarida num sindicalismo urbano altamente mobilizado, tendo à frente o PCB e as alas radicais do PTB, lideradas por Leonel Brizola; no sindicalismo rural que ele mesmo tornara legal ao estender a CLT ao campo em 1963; nas ligas camponesas e sua pregação revolucionária; no baixo oficialato militar, que se sentia desprestigiado pelos superiores e com soldos corroídos pela inflação, além de impedido de votar; no movimento estudantil, segmento mais importante e visível das classes médias a apoiá-lo; na intelectualidade de esquerda ou simplesmente democrática. Apoios que podem ter dado a ele e aliados a impressão de que a sociedade estava pronta para resistir às forças contrárias às reformas.

O apelo às massas, em lugar de romper a paralisia decisória do Congresso ou mudar a dinâmica política em favor de Jango, jogou contra ele as forças reacionárias da nação (tendo à frente os militares), que sempre o tinham visto como o que ele, do ponto de vista delas, agora se revelava a céu aberto: um “agente do comunismo internacional”. Era o que pensava a CIA, que conspirara contra seu governo desde a conturbada posse em 1961. Era o

que pensavam os militares que deram o golpe no dia primeiro de abril de 1964, em grande medida respaldados pelos serviços de inteligência norte-americanos¹⁰⁴. Era o que pensavam os segmentos das classes médias que organizaram as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” (Simões, 1985), que reuniram centenas de milhares de pessoas nas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro e se espalharam pelo interior do país, tema, como mostram Ferreira e Gomes (2014), ainda pouco estudado. Até mesmo a imprensa democrática que apoiara Goulart durante toda a crise voltou-se contra ele depois do grande comício de 13 de março na Central do Brasil¹⁰⁵, embora não por seu “comunismo”, mas por considerar que a instabilidade política chegara a um ponto por ela percebido como irremediável, ou de não retorno.

O comício deu argumentos aos que viam em Jango e apoiadores (muito particularmente Leonel Brizola) agentes “comunistas”¹⁰⁶. Em pesquisa do IBOPE em fevereiro de 1964 em São Paulo, 57% das classes A/B (somadas no relatório da pesquisa) achavam que o comunismo vinha aumentando no Brasil (valores semelhantes foram encontrados em 30 de março na mesma cidade), embora 56% achassem que a maioria da esquerda não era comunista. Em maio de 1964, ainda em São Paulo, para 42% das classes A/B Jango havia caído porque estava levando o Brasil para o comunismo, opinião compartilhada por apenas 19% da classe D.

No palanque do Comício da Central, falando a duzentas mil pessoas e tendo ao seu lado os ministros militares de Jango, Brizola pregou que o presidente deveria abandonar a política de conciliação com os setores “reacionários” e convocar uma assembleia constituinte “com a eleição de um congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional”. E complementar: “O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com a violência”¹⁰⁷. E Goulart concordaria com Brizola: “Essa Constituição [de 1946] é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já

¹⁰⁴ A centralidade do IPÊS (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), dirigido por Golbery do Couto e Silva, e do IBADxxx na desestabilização do governo, ambos com influência direta da CIA, foi esmiuçada por Dreyfus (1987).

¹⁰⁵ Caso do Correio da Manhã e do Jornal do Brasil. Ver Abreu (2006).

¹⁰⁶ Ver arquivo “ibope_opp_pe_061_mr_0277” do AEL.

¹⁰⁷ A íntegra do discurso de Brizola pode ser encontrada em <https://upassos.wordpress.com/2011/04/18/o-discurso-de-brizola-no-comcio-da-central-do-brasil-13-de-marco-de-1964/>, acessado em outubro de 2017.

superada, injusta e desumana”¹⁰⁸. Difícil imaginar que a legalista cúpula militar presente no palanque endossasse essas falas.

Aqui também o clima de radicalização falou mais alto. A Mensagem ao Congresso Nacional enviada dois dias depois do Comício foi tomada como afronta pelos parlamentares e pela imprensa, pois pedia ao parlamento que tomasse a frente na adoção da agenda completa das reformas de base, e sugeria a delegação de poderes legislativos ao presidente, o que foi lido como tentativa de instaurar uma ditadura. Mesmo a imprensa democrática (em especial o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*) se posicionou contra o presidente.

O Comício da Central deu aos adversários do governo Jango o motivo para levar adiante a conspiração para depor o presidente. Não discursara ele num comício organizado por “comunistas”? Não se pusera, segundo a leitura de seus adversários, frontalmente contra a ordem legal do país, muito particularmente a Constituição, que ele jurara defender ao tomar posse em setembro de 1961 e novamente em janeiro de 1963? Como bem argumenta Figueiredo (1993), a bandeira da legalidade garantira a posse de JK em 1955, a posse de Jango em 1961, ainda que num regime parlamentarista, e novamente em 1963, com a derrota do parlamentarismo no plebiscito. As parcelas golpistas dos militares (e sempre as houve) tinham, até ali, sido dissuadidas diante dos apelos das parcelas legalistas das mesmas forças armadas de que era preciso respeitar a Constituição. Ao se colocar, segundo a interpretação oportunista dos que deram o golpe, contra a ordem constitucional, Jango deu a eles o pretexto que aguardavam desde sua posse. O arremate viria com dois outros episódios, percebidos pelos militares como inaceitável quebra de hierarquia: a “revolta dos marinheiros”, demandando aumento salarial e direito de voto, em fins de março, e o discurso de Jango no Clube Militar, no qual ele se solidarizou com os marinheiros revoltosos, afrontando, como Comandante em Chefe das Forças Armadas, a hierarquia. No dia 31 de março o jornal *Correio da Manhã* trouxe, em sua primeira página, em letras garrafais, a palavra Basta!, convocando, em editorial na mesma página, a intervenção militar, como já vinham fazendo os demais jornais fluminenses e paulistas desde o Comício da Central (Abreu, 2006).

Aqui não há como concordar com a tese guia do trabalho de Ferreira e Gomes (2014), segundo a qual Jango poderia ter evitado o golpe. É claro que “a história poderia ter sido outra”, como eles reiteradamente afirmam, a contingência é constitutiva do devir histórico (cf. o trabalho pioneiro de Figueiredo, 1993). Mas a narrativa que constroem em seu

¹⁰⁸ O discurso de Jango pode ser encontrado em <http://www.etc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>, dentre muitos outros sítios na internet. Acessado em outubro de 2017.

importante livro não é convincente. Os militares que deram o golpe conspiraram contra Jango muito antes de sua posse. Derrotados em suas intenções diante de poderosas forças legalistas, esperaram para ver onde ele chegaria, e encontraram na brecha da ilegalidade do Comício seguida de quebra de hierarquia militar o pretexto. Os autores mesmos deixam claro que, muito antes do Comício da Central, já estava nos planos de Golbery do Couto e Silva, Castelo Branco, Costa e Silva, Ernesto Geisel e outros, depor Jango em meados de abril de 1964. Na narrativa do livro o golpe poderia ter sido evitado se Jango tivesse levado adiante o conservador Plano Trienal elaborado por San Tiago Dantas e Celso Furtado; se, tendo abandonado esse caminho, tivesse aceito o Programa Progressista de San Tiago Dantas, cujo desenho das reformas de base era palatável ao PSD, portanto mais modesto; se tivesse cedido aos militares que, em inícios de 1963, sugeriram a ele decretar estado de sítio diante das investidas de Carlos Lacerda, ao que ele respondeu pela manutenção da ordem constitucional. Jango sabia que os militares visavam, além de Lacerda, aliados do presidente, como Miguel Arraes e Leonel Brizola, ambos tidos como perigosos comunistas. Ou seja, a história poderia ter sido outra se Jango tivesse agido contra as forças que o haviam levado ao poder. Se tivesse, enfim, traído seus aliados e a si mesmo. Ou se tivesse dado ele mesmo o golpe com os militares de sua confiança. Ora, está claro no detalhado relato do livro que Jango sabia das muitas dimensões da conspiração golpista que se articulava desde o dia em que tomara posse. Assim como está claro que esquerda e direita viam nos militares solução possível para o impasse que foi seu governo. Isto é, tanto a esquerda radical (incluindo aqui Brizola) quanto a direita radical o queriam fora do poder, e ele selou seu destino ao escolher a fidelidade à sua trajetória, com isso dando pretexto à direita, por se ter posicionado contra a Constituição e a tão valorizada hierarquia militar. A narrativa de Ferreira e Gomes não dá devido peso ao elemento trágico (no sentido grego) da situação de Jango naquela conjuntura, nem às suas escolhas trágicas, como a de não resistir ao golpe quando tinha à mão, ainda, seu “dispositivo militar”, para evitar uma guerra civil.

Bibliografia (muito incompleta)

- Abreu, Alzira. (2006), “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”, in Marieta de M. Ferreira (org.), *João Goulart, entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, FGV.
- Bandeira, Luiz A. Moniz. (2001[1978]), *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro/Brasília, Revan/UnB.
- Bastos, Elide R. (1984), *As ligas camponesas*. Petrópolis, Vozes.
- Benevides, Maria Victoria M. (1976), *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Benevides, Maria Victoria M. (1989), *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense.
- Bertonha, João F. (2011), Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975). *Análise Social*, Vol. XLVI, No. 198, pp. 65-87.
- Bobbio, Norberto. (1992), xxx
- Bonelli, Maria da B. (2002), *Profissionalismo e política no mundo do direito*. São Carlos, Sumaré/Editora da UFSCar/FAPESP.
- Coelho, Edmundo C. (1976), *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Coelho, Edmundo C. (1999), *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro, Record.
- Cohen, Marleine. (2005), *JK - O Presidente Bossa Nova*. Rio de Janeiro, Globo.
- Cohn, Gabriel. (1968), *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- Delgado, Lucília A. N. (2011), *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo, Ltr.
- Dreyfus, René A. (1987), *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes.
- Englander, Alexander. (2018), *Democratização, demofobia e conflitos sociais: um estudo teórico e histórico-sociológico sobre a 4ª República brasileira, 1946-1964*. Tese de Doutorado em Sociologia, IESP-UERJ.
- Fausto, Boris. (1977), *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel.
- Fausto, Boris. (1986[1970]), *A revolução de 1930*. São Paulo, Brasiliense.
- Ferreira, Jorge (org.) (2000), *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- Ferreira, Jorge; Gomes, Angela de C. (2014), *1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Ferreira, Jorge. (2011), *João Goulart*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
- Figueiredo, Argelina C. (1993), *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra.
- Foracchi, Marialice M. (1965), *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- Foracchi, Marialice M. (1982), *A participação social dos excluídos*. São Paulo, HUCITEC.
- Forjaz, Maria C. S. (1977), *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- French, John D. (1995), *O ABC dos Operários. Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul, HUCITEC/Prefeitura de São Caetano do Sul.
- Garcia, Tomás C. (2016), *Movimento sindical, industrialização e expansão de direitos*. Tese de Doutorado em Sociologia, IESP-UERJ.
- Gomes, Angela de C. (1988), *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ.
- Gomes, Angela de C. org. (1991), *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, FGV, 1991.
- Holston, James. (1989), *The modernist city: An anthropological critique of Brasília*. Chicago, The University of Chicago Press.
- IBGE (1916), *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE. (2003), *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Ioris, Rafael R. (2009), *Industrial promotion and political instability: 'Fifty years in five' and the meanings of national development in 1950s Brazil*. PhD Dissertation in History, Faculty of the Graduate School of Emory University, disponível em https://legacy-etd.library.emory.edu/file/view/pid/emory:17pzf/etd/emory:17p8p/ioris_dissertation.pdf (acessado em abril de 2017).
- Jaguaribe, Hélio. (1954), O moralismo e a alienação das classes médias. *Cadernos do Nosso Tempo*, Vol. 2, No. 2, pp. 150-159.
- Jaguaribe, Hélio. (1969), *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Jardim, Serafim. (1999), *Juscelino Kubitschek - Onde Está a Verdade?*, Petrópolis, Vozes.

- Kinzo, Maria D'Alva G. (1980), *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo, Edições Símbolo.
- Korpi, Walter. (1983), *The Democratic Classe Struggle*. London, Routledge and Kegan Paul.
- Lafer, Celso. (2002), *JK e o programa de metas, 1956-1961: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. FGV Editora.
- Lavareda, Antônio. (1991), *A democracia nas urnas. O processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo Editora.
- Levine, Robert. (1970). *The Vargas regime: The critical years, 1934-1938*. New York, Columbia University Press.
- Limongi, Fernando. (2015), Fazendo eleitores e eleições: Mobilização política e democracia no Brasil pós-Estado Novo. *Dados* Vol.58, No.2 pp.371-400. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201547> (acessado em maio de 2018).
- Limongi, Fernando; Cheibub, José A.; Figueiredo, Argelina C. (2015), “Participação política no Brasil”, in Marta Arretche (org.), *Trajetórias das desigualdades. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, CEM/UNESP, pp. 23-49.
- Love, Joseph L. (1971), *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva.
- Lynch, Christian E. C. (2017), Uma democracia, duas capitais. O que o Rio de Janeiro pode fazer pelo Brasil. *Insight Inteligência*, ano XX, No. 78, pp. 14-42.
- Martins Filho, João R. (1987), *Movimento estudantil e ditadura militar. 1964-1968*. Campinas, Papirus.
- Miceli, Sergio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo e Rio de Janeiro, Difel.
- Morais, Fernando. (1994), *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Moreira, Vânia M. L. (1998), *Brasília: a construção da nacionalidade*. Vitória, EDUFES.
- Morse, Richard. (1988), *O espelho de Próspero. Cultura e ideias nas américas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Motta, Rodrigo Patto S. (2002), *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva/FAPESP.
- Motta, Rodrigo Patto S. (2008), Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, Vol. 9, No. 16, pp. 30-67. <https://dx.doi.org/10.1590/2237-101X009016002>.

- Munhoz, Dercio G. (1997), *Inflação brasileira. Os ensinamentos desde a crise dos anos 30. Economia Contemporânea*, No. 1, pp. 59-87.
- Neto, Lira. (2014), *Getúlio, 1945-1954. Da volta pela consagração popular ao suicídio*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Nicolau, Jairo M. (2002), *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Nicolau, Jairo M. (2012), *Eleições no Brasil. Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Nun, José. (1970), “Os golpes militares da classe média”, in Claudio Veliz (org.), *América Latina, estruturas em crise*. São Paulo, IBRASA.
- Pateman, Carole. (1992), *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Payne, Leigh A. (1994), *Brazilian industrialism and democratic change*. Londres/Baltimore, Johns Hopkins.
- Pinheiro, Paulo S. (1978), “Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política”, in Boris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira. Tomo III, O Brasil Republicano*. Segunda edição, pp. 8-37.
- Pinheiro, Paulo Sergio. (1991), *Estratégia da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Przeworski, Adam (1989), *Capitalismo e social democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Przeworski, Adam. (1984), *Ama a incerteza e serás democrático*. *Novos Estudos Cebrap*, No. 9, pp. 36-46.
- Reis, Daniel Aarão. (2007), “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”, in Marcelo Ridenti e Daniel A. Reis (orgs.), *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações nos anos 1920 aos anos 1960*. Campinas, Editora da UNICAMP, pp. 73-108.
- Ribeiro, Gustavo L. (2008), *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília, UnB.
- Saes, Décio. (1984), *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz (o livro resulta da tese de doutorado, de 1974).
- Salgado, Plínio. (1955[1934]). “A Psicologia da Revolução”, in *Obras Completas*, Vol. VII. São Paulo, Ed das Américas, pp. 9-180.
- Santa Rosa, Virgínio. (1963[1933]), *O que foi o tenentismo?* Cadernos do povo brasileiro No. 22, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Santana, Marco A. (2001), *Homens Partidos. Comunistas e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

- Santos, Pedro A. G. (2002), *A classe média vai ao paraíso*. JK em Manchete. Porto Alegre, EDUPCRS.
- Santos, Wanderley G. (2003), *O cálculo do conflito. Estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte, UFMG.
- Santos, Wanderley G. (2007), *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro, FGV.
- Sigaud, Lygia. (1979), *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo, Duas Cidades.
- Silva, Hélio. (1964), *1954: um tiro no coração*. Porto Alegre, L&PM.
- Silva, Hélio. (1966), *1931: os tenentes no poder*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Silva, Hélio. (1972), *1930, A revolução traída*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2ª edição.
- Silva, Hélio. (2004), *1922: sangue na areia de Copacabana*. Porto Alegre, L&PM.
- Silva, Hélio. (2005), *1926: a grande marcha. A Coluna Prestes*. Porto Alegre, L&PM.
- Silva, José F. Graziano. (coord.), (1978), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC.
- Skidmore, Thomas. (1969), *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Saga.
- Soares, Glaucio A. D. (1973), *Sociedade e política no Brasil. Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Sodré, Nelson W. (2010[1965]), *História militar do Brasil*. São Paulo, Expressão Popular.
- Souza, Luiz Alberto G. (1984), *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis, Vozes (Publicações CID. História, Vol. 11).
- Stein, Leila M. (2008), *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo, Annablume/Fapesp.
- Tavares de Almeida, Maria H. (1978), *Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. Tese de Doutorado em Ciência Política, FFLCH-USP. Orientador: Francisco C. Weffort. 1978, 2 vol.
- Tavares, Maria da C. (1972), *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Thompson, Edward P. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.

- Trindade, Helgio. (1979), *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, Difel.
- Vargas, Getúlio. (1938), *A nova política do Brasil V. O Estado Novo*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Vianna, Marly de A. G. (2007), “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”, in Jorge Ferreira e Lucilia de A. N. Delgado (orgs.), *O tempo do nacional-estatismo. O Brasil republicano*, Vol. 2. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 63-105.
- Weffort, Francisco C. (1972), *Sindicatos e política*. Tese de Livre Docência: Universidade de São Paulo.
- Weffort, Francisco C. (1980), *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (2ª edição).
- Werneck Vianna, Luiz J. (1999[1976]), *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 4ª edição revista.